

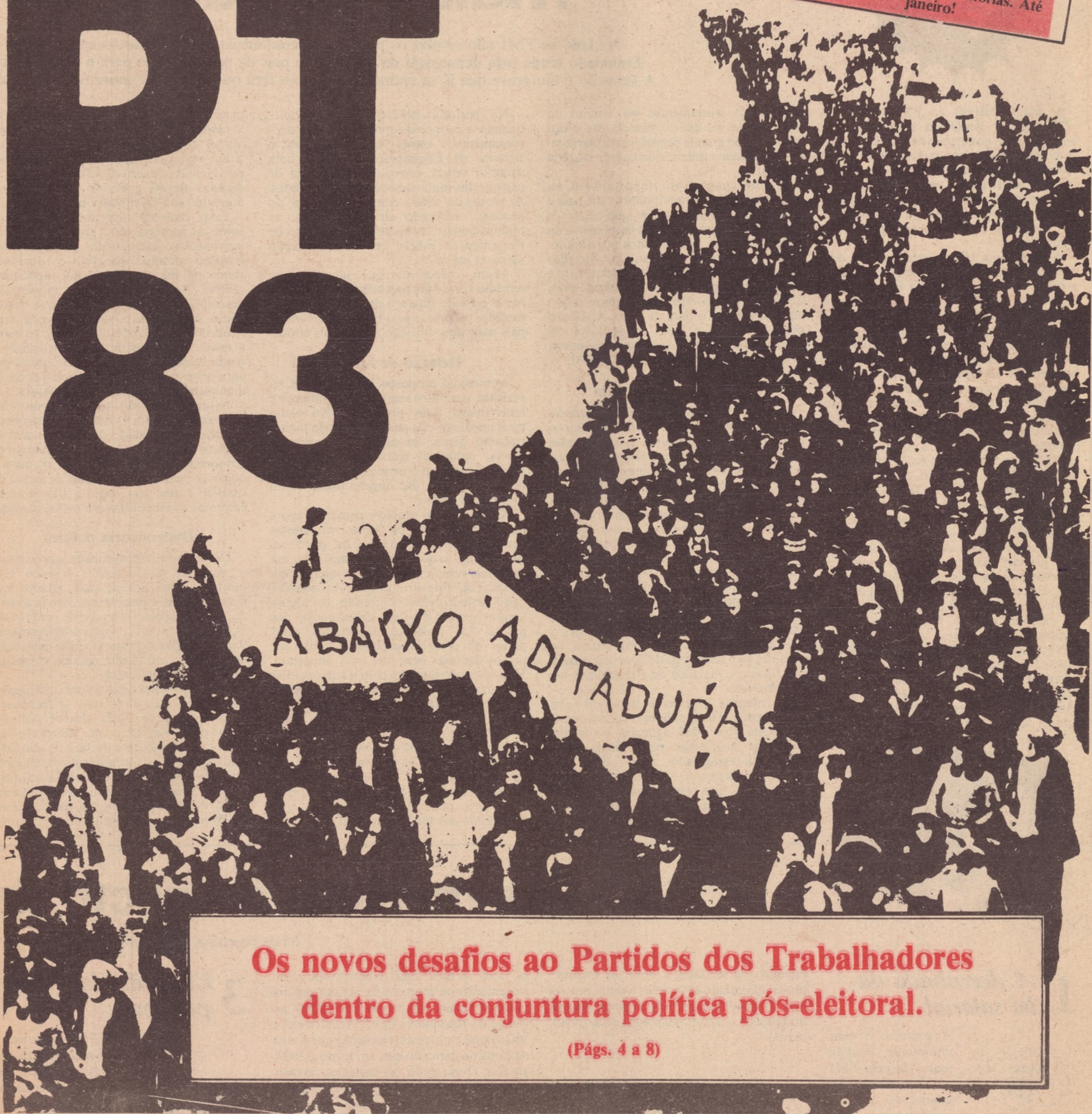
EM TEMPO:

Quinzenário nacional • Ano VI • 16 de dezembro de 1982 • Nº 164 • Cr\$ 100,00

1983 — A luta continua!

Com esta edição de balanço *EM TEMPO* encerra suas atividades de 82 e entra em férias (afinal ninguém é de ferro e precisamos economizar despesas) desejando a todos um 83 de muitas lutas e vitórias. Até janeiro!

PT 83



Os novos desafios ao Partidos dos Trabalhadores dentro da conjuntura política pós-eleitoral.

(Págs. 4 a 8)

Brasil-FMI

O país afunda na recessão

(Págs. 2 e 3)

Sindical

Os impasses do movimento em 82.

(Págs. 9 a 11)

Internacional

A resistência à ofensiva imperialista sobre os trabalhadores.

(Págs. 13 a 15)

Mulheres

As petistas se destacam nas eleições.

(Pág. 12)

Mais um passo em

A idade ao FMI não resolve os problemas econômicos do país, mas os aprofunda. Embalado ainda pela demagogia da abertura, o país dá passos largos para a bancarrota. A situação é tão grave que já se anuncia que o país terá que recorrer à moratória da dívida.



A ida do Brasil ao FMI, mil vezes negada, camuflada e adiada pelas autoridades governamentais, explodiu como bomba de efeito retardado diante da opinião pública nacional. Na verdade e como já advertimos nas edições de 29 de agosto e 30 de setembro, os indícios de que o recurso ao Fundo Monetário Internacional se impunha já vinham se avolumando há algum tempo.

A estratégia de enfrentamento dos problemas na Balança de Pagamentos armada pelo governo vinha fazendo água de forma evidente. De um lado, a progressão da recessão mundial e as medidas protecionistas tomadas pelos países capitalistas centrais fechavam o caminho ao crescimento das exportações brasileiras e ao esperado superávit comercial; de outro, a bancarrota mexicana precipitou a crise do sistema financeiro internacional, levando a uma retração dos créditos privados e ao estrangulamento da estratégia de ir rolando a dívida adotada pelo governo. Desde o início de setembro, o fluxo de divisas captadas para o Banco Central pelas agências do Banco do Brasil no exterior era praticamente nulo e se sucediam os problemas diariamente no fechamento dos balancetes. Ao mesmo tempo aumentavam as pressões ostensivas dos grandes bancos privados sobre a credibilidade da política econômica brasileira. E já no dia 22 de setembro, o governo sacou 216 milhões de dólares em situação de emergência do FMI para pagar compromissos urgentes.

Nos próximos dias quando o Conselho Monetário Nacional anunciar as suas diretrizes de política econômica para o ano de 1983, ele estará na verdade tornando públicos os acordos celebrados com a equipe técnica do FMI que impôs os

derradeiros ajustamentos no sentido do mais estrito receituário monetarista e dos interesses do grande capital, particularmente o financeiro internacional. (ver matéria abaixo).

A intervenção do imperialismo na definição das diretrizes políticas do país é escandalosa e é significativo que os atritos surgidos na negociação com os ministros da área econômica, coordenados por Delfim, se atenham mais ao grau das medidas adotadas do que uma rejeição delas. Este é um aspecto importante de ser realçado pois, de fato, estas diretrizes já vinham sendo adotadas desde o final de 1980. A adoção desta estratégia é, aliás, responsável em grande parte pela recessão econômica experimentada pela economia em 1981.

Não há solução à vista

A ida ao FMI não traz absolutamente ao país a garantia de que melhores tempos virão no que diz respeito às suas contas externas. No máximo, um fôlego a mais no período imediato. Diretamente do Tesouro norte-americano, o Brasil obteve um empréstimo de 1,2 bilhões de dólares que terá se esgotado até final de janeiro; neste período, o país contará como crédito compensatório de 1,2 bilhões requisitados ao FMI como forma de cobrir parcela da queda nas receitas auferidas com as exportações; um novo crédito de 4,5 bilhões está sendo pedido ao FMI em continuidade. Com o aval deste órgão, o país ganha um espaço novo junto ao sistema financeiro internacional para pedir emprestado os restantes 14,6 bilhões de dólares necessários para fechar o Balanço de Pagamentos no próximo ano.

No entanto, o governo brasileiro sabe muito bem que uma política recessiva como a imposta pelo FMI agravará no médio prazo os problemas nesta área. Uma economia estagnada, com pouco ou nenhum crescimento, provoca inevitavelmente uma fuga em massa do capital estrangeiro, o que determina um verdadeiro rombo no Balanço de Pagamentos.

No período 1962/67, por exemplo, quando a economia apresentou um baixo crescimento e queda nas importações, o Balanço de Pagamentos chegou a uma situação crítica provocada pela fuga de capitais das multinacionais aqui instaladas. A partir de 1968, com a retomada do processo acelerado de acumulação, as multinacionais "voltaram" e o Balanço de Pagamentos esteve em uma situação razoável até 1973.

Assim, menos do que significar um remédio forte mas necessário para solucionar a crise do Balanço de Pagamentos, as medidas propostas pelo FMI empurrarão o país para uma situação ainda mais crítica.

Relação de forças

As medidas propostas pelo FMI têm, na verdade, um outro sentido, de significado e repercussões mais profundas. No plano mais imediato, elas penalizam ainda mais o trabalho diante do capital, os lucros do capital industrial diante dos lucros do capital financeiro e os interesses do capital nacional diante do imperialismo, como mostramos abaixo.

No plano mais amplo e pensando agora na relação entre os países capitalistas centrais e as economias da periferia capitalistas, estas medidas implicam em modificar relações de força e de interesse em relação ao primeiro grupo. As pressões neste sentido vêm ocorrendo há algum tempo através de uma deterioração dos preços dos produtos exportados pelos países da periferia capitalista frente aos preços daqueles bens que estes importam. Vêm se dando também com o alto patamar das taxas de juros vigente no mercado financeiro internacional, na prática significando uma transferência contínua e brutal de uma enorme massa de excedentes da periferia para o centro capitalista.

O empurrão para um período de aprofundamento da recessão — resultado inevitável da receita econômica ditada pelo FMI aos mais de trinta países que recorreram aos seus recursos em situação de

insolvência no último período — é, na verdade, uma forma de debilitar e, em alguns casos, destruir, os parques industriais mais importantes das economias periféricas desenvolvidos durante as décadas de 60 e 70. O caso chileno e argentino são exemplares neste sentido.

Estas pressões concentradas do centro sobre a periferia são, por sua vez, um movimento determinado pela profunda recessão mundial que vem se abatendo sobre os núcleos fortes do capitalismo central. Se o aumento do número de desempregados nestes países é a forma como se expressa socialmente esta crise (mais de trinta milhões no período recente), a queda nas taxas de lucro em relação à renda líquida persistente desde o início dos anos sessenta é como se expressa a perda de dinamismo da acumulação capitalista.

Assim, a pressão sobre os países da periferia capitalista é uma outra vertente da política de austeridade, de corte nos salários e gastos sociais, praticadas pelos centros da economia capitalista e visa o mesmo objetivo: restabelecer as taxas de lucros do sistema como um todo e das grandes empresas monopolistas em primeiro lugar.

Dependência política

Desde que a crise mexicana se precipitou, o governo dos Estados Unidos tem mostrado uma atitude mais interventora junto aos países insolventes. Isso fica claro no caso brasileiro: a cessão de créditos do Tesouro do Estado, a visita providencial de Reagan ao Brasil indicando uma renovação de confiança no cliente perante o sistema financeiro internacional.

Essa intervenção tem duas motivações econômicas mais imediatas. O reconhecimento do peso nada desprezível da economia brasileira no contexto da economia capitalista e do fato de que uma inadimplência brasileira aprofundaria até o limite as tendências à desestabilização do sistema financeiro internacional é uma delas. A outra se refere ao papel que os EUA procuram desempenhar, como



As medidas do pacto da

Mais recessão, desemprego e inflação para

1 A derrubada da lei salarial

A primeira e mais importante medida requerida pelo FMI é a derrubada da lei salarial no que diz respeito aos itens da semestralidade e do reajuste dos que recebem menos de três salários-mínimos em 110% do INPC. O aumento das pres-

sões, as declarações mais tímidas do ministro Murilo Macedo reconhecendo a inevitabilidade da mudança indicam que a



alteração na lei salarial deve ser encaminhada discutindo-se apenas como isto se fará. O resultado simples e direto destas mudanças é o aprofundamento do arrocho salarial.

2 Corte dos subsídios à agricultura

No ano de 1981, os preços dos produtos agrícolas subiram em média em torno de 74% enquanto a média inflacionária girava em torno de 94%. Isto significa duas coisas: a agricultura vinha cumprindo um papel anti-inflacionário e havia uma transferência de renda da agricultura para os setores monopolizados da economia que alteravam

os seus preços mais velozmente. Esta sustentação de preços pela agricultura era possível porque os produtores pagam ao Banco do Brasil juros de 45% (centro-sul) e 35% (norte e nordeste) enquanto que a taxa de juros no mercado está em torno a 160% ao ano. Diminuição dos subsídios, no caso, quer dizer elevação dos juros para a agricultura. Com esta medida, dois fatos ocorrerão: diminuirá a produção de alimentos, e os preços de produtos indispensáveis como arroz, feijão, carne, leite, etc. tenderão a experimentar fortes elevações.



3 Elevação das tarifas públicas

O FMI prescreve a elevação das tarifas de água, luz, telefone etc como forma de sanear a situação das principais empresas públicas do governo atualmente com fortes déficits. Na verdade, estas tarifas hoje já têm se elevado em um ritmo e

medidas inflacionárias. Enfim, esta medida é mais um ataque aos bolsos do consumidor.



ao Fundo

direção ao abismo da recessão



regulador, das tendências ao movimento natural de retração do crédito e de defesa dos patrimônios pelos grandes bancos financiadores em uma época de crise e insolvências.

Mas a intervenção tem igualmente uma motivação política básica, a de restabelecer o equilíbrio do sistema inter-americano e de recobrar o mais estrito controle sobre os países mais importantes do continente. É inevitável que a diplomacia brasileira no próximo período se aproxime mais dos movimentos da política externa norte-americana, é significativo que Figueiredo, que já tem encontro marcado com o atual ditador argentino, se ofereça para fazer o papel de ponte para o restabelecimento das relações entre os EUA e a Argentina, estremecidos com a guerra das Malvinas.

Silêncio e impotência da oposição

Enquanto os interesses da grande massa dos brasileiros são negociados escandalosamente com a missão do FMI, o país assiste inerte.

O grande capital associado bateu palmas. Enquanto a FIESP se limitava a hastear com força a bandeira da derrubada da lei salarial, o presidente da Federação Nacional dos Bancos saudava a ida ao FMI pelas suas consequências junto à comunidade financeira internacional.

O PMDB, cujos expoentes econômicos se esmeraram em oferecer soluções técnicas diversas àquelas propostas pelo FMI, não tomou nenhuma iniciativa de peso para marcar o seu protesto. Pelo contrário, o comparecimento de expressivas figuras de sua bancada parlamentar, em particular a do agora governador de São Paulo, Franco Montoro, às recepções a Reagan foi importante para desarmar os espíritos.

O movimento sindical ainda sob os efeitos do adiamento da II CONCLAT não foi capaz de se articular. Coube ao PT o mérito de puxar algumas manifestações anti-imperialistas em algumas capitais e apresentar uma proposta de convocação extraordinária do Congresso para examinar a negociação com o FMI. Iniciativas, no entanto, insuficientes para alterar a tônica de paralisia e conivência imprimida pela oposição burguesa.

Editorial

O PT diante do FMI

A direção nacional do Partido dos Trabalhadores, reunida em conjunto com a nova bancada de deputados federais acaba de lançar uma nota pública conclamando os demais partidos a se unirem numa luta pela convocação extraordinária do Congresso Nacional para fiscalização dos termos do acordo que o governo brasileiro está estabelecendo com o Fundo Monetário Internacional.

A iniciativa é positiva não só pelo caráter vergonhoso, submisso e anti-popular da negociata oculta que o Brasil está travando com o FMI. Mas também pela iniciativa política em si de sair na dianteira frente a um fato de tamanha gravidade e consequência sobre as massas trabalhadoras e que o "festival democrático" das urnas tratou de ofuscar e esconder.

No entanto, a iniciativa da luta pela convocação extraordinária é claramente insuficiente. Em primeiro lugar, os demais partidos nem mesmo se dignaram a responder à nota até o momento, e é remoto que venham a aceitar seus termos dada sua postura crescentemente conciliatória. Em segundo lugar, mesmo que os partidos aceitassem e reunissem maioria legal para a convocação, o Congresso é um instrumento impotente para fazer frente aos acordos Brasil/FMI. Ele pode servir para agitar o tema a nível da opinião pública, para criar fatos políticos, mas incompetente para deliberar sobre matéria econômica.

O caminho mais certo e eficaz para travar esta luta é obviamente o da mobilização popular. Para tanto o PT precisa definir os eixos centrais de sua posição frente ao Fundo (Pela suspensão da dívida externa, Pela manutenção da atual legislação salarial e conquista dos reajustes trimestrais, Contra a recessão e pela estabilidade no emprego — tais como estão na Plataforma Nacional — se empenhar para que a Comissão Nacional pró-CUT desencadeie um plano de mobilização e luta em torno destes objetivos.

A hora é grave para milhões de trabalhadores brasileiros que têm agora pela frente um 83 mais cruel e massacrante das suas condições de vida. É chegado o momento da Comissão pró-CUT sair do imobilismo que a tem marcado até agora frente a situação por que passa o país. É hora de fazer com que as resoluções da CONCLAT/81 deixem de ser letra morta e se transformem num amplo movimento de massas contra a política econômica do governo.

E o PT pode e deve ter um papel decisivo para romper estas amarras que hoje dificultam a resistência dos trabalhadores brasileiros à investida patronal e imperialista.

ditadura com o FMI

os trabalhadores brasileiros em 1983.

4 Desvalorização do cruzeiro



elevação de custos para todas as empresas que importam matérias-primas, máquinas e equipamentos e serviços estrangeiros.

Nas negociações com o FMI, o governo brasileiro se comprometeu a acelerar a desvalorização do cruzeiro em relação ao dólar. O único setor que é beneficiado por esta medida são as empresas exportadoras. Em geral, ela significará

Aumentos de custos que necessariamente serão repassados para os preços dos produtos e, assim, para os assalariados.

5 Redução dos investimentos e gastos estatais

Esta medida preconizada pelo FMI e que já vem sendo praticada pelo governo visa no imediato a diminuição do deficit público. Os investimentos estatais deverão diminuir entre 4 e 5%. Dado o peso do setor público na economia brasileira (responsável por quase dois terços dos investimentos) e considerando a tendência à redução

dos investimentos privados em situações recessivas como a que enfrentamos, tal medida tem um impacto fortemente recessivo. Isto significa mais desemprego para os brasileiros.



Balanco PT-82

Desafios para a construção do PT

No balanço que apresentamos este ano, salientamos que após a derrota eleitoral, o partido se encontra em uma encruzilhada. Para que sua construção avance, a questão decisiva é a da concepção do partido que queremos construir.

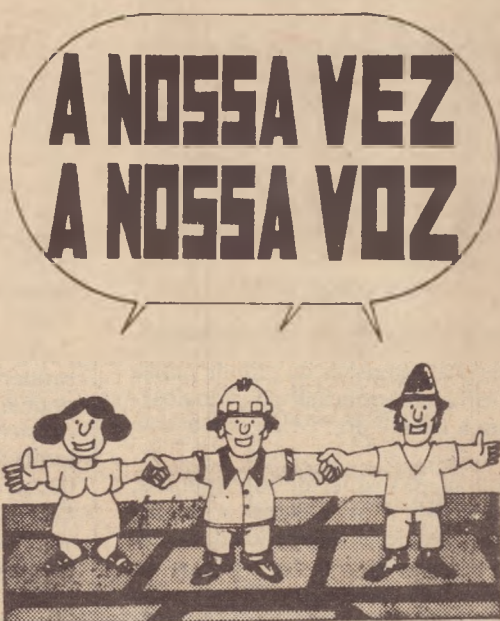
O balanço que apresentamos da construção do PT neste fim de 1982 tem um caráter bem diferente daqueles que fizemos em anos anteriores. No fim de 1979, nossa manchete dizia: "As greves se espalham por todo o país e surge o Partido dos Trabalhadores: a classe operária arromba as portas da política". No fim de 1980, a manchete era: "PT emplaca contra a ditadura e a exploração". No fim de 1981, lançamos uma edição especial com o tema: "O PT e o socialismo".

Em todos estes anos, o que tínhamos a salientar eram os avanços do movimento operário e da construção do PT.

Em 1979, começou a construção do PT. A idéia, lançada em fins de 1978, correspondendo a uma imperiosa necessidade dos trabalhadores brasileiros, cresceu e amadureceu. Em outubro de 1979, o partido lançou a construção dos núcleos. Em 1980 e 1981, o PT cumpriu o laborioso processo que lhe permitiu obter o registro legal, formando as comissões provisórias, depois fazendo as filiações e organizando seus diretórios por todo o país. Em setembro de 1981, na convenção nacional legal que completou o processo necessário para a obtenção do registro, o discurso lido por Lula afirmou a opção do PT pelo socialismo.

É verdade, naturalmente, que o processo de construção do PT até fins de 1981 não foi um avanço linear, em que apenas se acumularam vitórias. Houve lutas internas duras, recuos momentâneos, e muitos problemas-chaves permaneceram sem solução.

No final de 1979, aderiram ao PT alguns parlamentares carreiristas sem um compromisso claro com a construção do partido, bem como várias correntes políticas que tinham uma posição discrepante na questão decisiva e fundamental para a construção do PT: a da independência política dos trabalhadores. Estes setores impulsionaram uma ofensiva contra as características básicas do PT — seu caráter de classe, a organização por núcleos, sua democracia interna —, parecendo inclusive em um primeiro momento saírem vitoriosos (nas convenções de maio/junho de 1980). Mas o instinto classista dos componentes fundamentais do partido foi pouco a pouco prevalecendo, e o que ocorreu foi que vários defensores mais aguerridos de uma política de frente popular e de transformar o PT em um partido pluriclassista, como Ormarzinho e Vanderli (que tinham sido eleitos para a Executiva Nacional do partido), terminaram por deixá-lo. Também saíram do PT alguns dos parla-



mentares mais carreiristas (ou irmãos Santilho, João Cunha, Edson Kahir). Os documentos de 1981, principalmente o discurso de Lula, reafirmaram os marcos classistas da construção do PT.

Depois de três anos de grandes vitórias no seu processo de construção, o PT completa agora seu quarto aniversário com sérios e importantes desafios surgidos a partir de sua campanha eleitoral.

Este problema (a ofensiva para transformar o PT num partido pluriclassista e parlamentarista) foi vencido. Mas permaneceram outros. O mais importante deles diz respeito à própria concepção do partido que se queria construir. Desenvolveu-se dentro do PT a visão de que ele deve ser um partido que "representa os movimentos sociais", que expressa os interesses destes movimentos no plano político (entendido fundamentalmente como parlamentar-institucional). Um partido pensado desta maneira não organiza a classe para a luta, não dirige as lutas de massa, mas apenas representa ou expressa estas lutas. Não é um partido que seja capaz de colocar a questão decisiva na passagem ao socialismo — a questão do poder, da destruição do poder da burguesia e da construção do poder dos trabalhadores — e menos ainda de dirigir as massas na sua solução. Em uma palavra, um partido concebido desta maneira não é um partido de combate.

Claramente vinculado a esta questão está o problema da relação com o movimento sindical. O PT, na sua maioria, vem praticando uma visão de independência e autonomia do movimento sindical diante dos partidos, que significa de fato que o PT não intervém no movimento sindical, não define uma linha clara para este movimento, não unifica os seus mili-

tantes para a luta com as outras correntes (fundamentalmente, pelegos e reformistas). Desta forma, o PT não se vincula ao dia a dia da luta de classes e não dirige as massas na sua luta.

Estas concepções é que têm predominado na direção do PT. Apóiam-se no economicismo ainda presente em muitos sindicalistas do partido, e são alimentadas por intelectuais e ex-militantes de organizações de esquerda, desiludidas com o leninismo (que em geral conheceram através de experiências frustrantes, vinculadas ao stalinismo ou influenciadas por ele, que pouco têm a ver com o leninismo real).

Com o predomínio desta concepção de partido, e com a premência das tarefas burocráticas ligadas à legalização, o PT acumulou muitas lacunas importantes. Não tem uma direção que dirija de fato a construção do partido e a intervenção dos seus militantes nas lutas dos trabalhadores, não conseguiu organizar a intervenção dos sindicalistas combativos (em geral militantes do PT) no processo de construção da CUT. Na CONCLAT, em 1981, vários dos dirigentes do PT tiveram dúvidas até em participar. A descoordenação dos classistas, fez com que, embora fossem majoritários, deixassem pelegos e reformistas em maioria na comissão nacional pró-CUT.

O PT não chegou portanto a 1982 apenas acumulando avanços na sua organização e nas suas definições políticas. Trouxe também uma confusão importante na concepção mesma de construção do partido, e uma debilidade muito grande na sua relação com o movimento operário, com o movimento sindical e demais movimentos sociais: ficou ausente da direção das suas lutas.

1982, naturalmente, foi um ano dominado pelas eleições, e isto também para o PT. Por esta razão não poderia ser um ano em que a construção do partido avançasse muito. Podemos dizer, no entanto, que houve algum avanço, por exemplo com o lançamento do **Jornal dos Trabalhadores**. Contudo, este jornal está muito aquém do que é necessário para o partido, e teve pouco impacto portanto, dando até agora muito pouca contribuição para a orientação dos seus militantes.

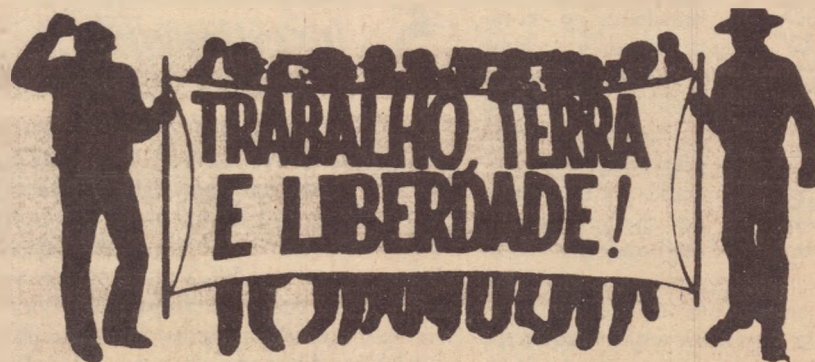
No movimento sindical, permaneceu o mesmo quadro anterior, talvez até agravado. No principal processo desenrolado no movimento sindical — a disputa em torno da realização ou adiamento da Conclat e a recomposição da comissão na-

cional pró-CUT — o PT não teve posição, (a posição do encontro de sindicalistas não foi respeitada) e seus militantes atuaram de forma desunificada, contribuindo muito para as idas e vindas dos setores combativos. A ANAMPOS — corrente formada para articular os setores combativos, na ausência do PT — morreu, ou quase: e ainda não veio à luz algum instrumento de articulação que a substitua.

Quanto às eleições, o ano começou com uma grande ameaça para o PT: a convenção de São Paulo definiu uma proposta de plataforma essencialmente reformista. Posteriormente, a nível nacional, prevaleceu uma plataforma bastante boa, orientada para o combate à ditadura e para a defesa dos interesses das massas trabalhadoras. Além disso, o PT definiu uma carta eleitoral razoável, baseada na idéia da unificação da campanha, da realização de uma campanha do **partido**, voltada para as lutas dos trabalhadores, onde a preocupação central não seria a eleição de cada um, mas sim o fortalecimento do partido. Com isto, parecíamos estar bem armados para enfrentar a dureza do processo eleitoral.

Contudo, como assinalamos no último número, as coisas correram de outra maneira. A plataforma nacional foi em grande parte esquecida. A carta eleitoral, mais ainda, prevalecendo na maior parte dos casos as campanhas individualizadas, a caça aos votos. O partido, já pouco estruturado, se desestruturou mais ainda, ficando com a maioria das suas direções sem funcionar. E o PT sofreu uma derrota eleitoral, não conseguindo expressar em votos toda sua potencialidade. Este resultado ainda fica mais decepcionante quando confrontado com a campanha do partido, que em grande parte se afastou dos princípios da carta eleitoral justamente para tentar ganhar mais votos. Não ganhou, e perdeu em coesão, funcionamento, estruturação.

O que houve de mais positivo no processo eleitoral foi o fato de que, pela primeira vez desde muitas décadas, os trabalhadores brasileiros puderam votar em um partido de classe, que se apresentou claramente como defensor dos seus interesses fundamentais. Com isto, muitas lideranças operárias e populares tiveram uma experiência importante no decorrer da campanha. O milhão e meio de votos que o PT recebeu reflete os avanços na conformação de uma consciência de classe proletária nas massas trabalhadoras. De fato,



os choques com os outros partidos, com a oposição burguesa, que caracterizaram a campanha eleitoral, impulsionaram a assimilação, pela maioria do partido, da importância da independência de classe, o que é sem dúvida uma conquista importante para o proletariado brasileiro.

Agora, o PT entra em uma nova fase da sua construção. E com a derrota sofrida nas eleições, relativamente enfraquecido, com sua capacidade de atração diminuída. É fundamental que compreendamos o significado desta nova fase.

Em primeiro lugar, podemos dizer que as concepções parlamentaristas e eleitorais do PT, ou seja, as idéias da sua ala direita, sofreram um golpe rude, na medida em que a modesta votação do PT dificultou muito, ou até mesmo impossibilitou, este projeto. A derrota destes setores, e da sua concepção de PT, não é de forma alguma anulada pelo fato de que tenham conseguido eleger alguns dos seus representantes. Na verdade, para que estes setores se fortalecessem no interior do partido, precisavam de muito mais, e principalmente que o PT mostrasse a sua viabilidade como partido parlamentar.

Por outro lado, também os setores principais da direção do PT, que se orientam pela visão de um partido amplo, aberto e de massas, que representa os movimentos sociais, sofreram uma derrota; sua concepção de construção do partido foi seriamente abalada. Isto, embora a maior parte dos eleitos pertença justamente a esta corrente, que podemos considerar de centro do PT. Para que esta concepção pudesse se consolidar, era necessário também que o PT tivesse no plano parlamentar-institucional uma grande expressão, para poder aumentar o espaço da participação e representação política dos trabalhadores no poder, para poder barganhar através dos mecanismos institucionais a seu favor. O PT teria de ser já um partido de massas — e isto não acontece fora de São Paulo. Na verdade, o que as eleições mostraram é que o PT ainda não representa fortemente os movimentos sociais hoje. O que se explica, pois para poder fazê-lo o PT tem de ir aos movimentos sociais, organizar as suas lutas etc., o que fez pouquíssimo. É muito significativo que os bons resultados do PT ocorreram exatamente onde o partido é mais claramente vinculado às lutas travadas pelas massas trabalhadoras, onde os dirigentes do PT foram os dirigentes das grandes lutas. Só por este caminho o partido chegará a ser um partido de massas.

A derrota eleitoral fechou espaço para o projeto de um partido parlamentarista e eleitoreiro e impôs ainda enormes obstáculos à idéia de um partido que apenas representa os movimentos sociais no plano político.

As eleições deixam claro portanto que a única possibilidade real de construção do PT é no rumo que sempre apontou a esquerda petista: construir um partido operário de combate, dirigindo as lutas dos trabalhadores. Contudo, não podemos dizer que a esquerda do PT sai fortalecida eleitoralmente com o resultado do pleito, pois seus ganhos eleitorais foram limitados.

Os setores mais classistas, contudo, tiveram um resultado importante: a eleição do prefeito de Diadema. Ora, o diretório desta cidade sempre se caracterizou pela defesa das posições mais classistas do PT, sempre teve uma visão muito mais clara do que o conjunto do partido na construção de um partido operário de combate, o



que se expressou inclusive numa das campanhas eleitorais mais classistas e radicais do PT, mais unificadas. A evolução em Diadema pode fortalecer, portanto, as posições mais classistas e avançadas.

Com todo este quadro, podemos dizer que o PT se encontra agora diante de grandes desafios, numa encruzilhada. Enfraquecido pela derrota eleitoral, não pode se construir como um partido parlamentarista, nem pode continuar no rumo que vinha seguindo, procurando apenas expressar os movimentos sociais sem organizá-los e sem dirigir as suas lutas. Mas os setores que defendem estas posições (fundamentalmente a segunda posição, de centro) é que tiveram força até agora no partido, e saíram ainda mais fortalecidos com os resultados eleitorais.

A solução dos impasses na construção do PT depende agora, mais do que nunca, dele se afirmar como um real partido de intervenção na luta de classes, de combate à ditadura militar e fortemente inserido nos movimentos sociais.

A solução dos impasses na construção do PT depende de que se oriente para sua construção como partido de intervenção, de combate, visão que é hoje minoritária. Depende, portanto, da possibilidade de esta esquerda apresentar um claro balanço da construção do PT até agora, e uma proposta das tarefas principais colocadas na construção do partido (nucleação e enraizamento do partido nas massas trabalhadoras, definição de políticas claras para as frentes de massa — particularmente no movimento sindical — definição de uma linha política clara de luta contra a ditadura e a conciliação das várias frações burguesas de oposição, de enfrentamento com a política anti-operária da burguesia, fortalecimento dos instrumentos que permitam ao partido orientar a atividade dos seus militantes, como o jornal etc.). Uma proposta que possa ganhar o apoio da maioria do partido e da sua direção nacional.

Outro elemento que permitirá um avanço na construção do PT, orientado em direção de um partido de combate, serão as lutas travadas pelas massas trabalhadoras, intensificação da sua combatividade. O PT sempre avançou com a evolução da luta de classe, é nesta luta que amadurece a vanguarda operária que constrói o partido. Mais uma vez, esta questão será decisiva.

Direção nacional inicia discussão

Os primeiros resultados da avaliação da Comissão Executiva Nacional, de sua Comissão Política e da bancada federal.

Do conjunto do partido à direção nacional, o conjunto do partido está no momento iniciando um amplo processo de avaliação dos resultados eleitorais e de definição das novas tarefas. A Comissão Executiva Nacional do partido se reuniu em início de dezembro em São Paulo e, posteriormente, sucessivas reuniões de sua Comissão Política vêm concretizando os encaminhamentos delineados.

Um texto de avaliação geral ainda está sendo elaborado pela Comissão Política devendo ficar pronto esta semana para divulgação dentro do partido. A linha geral do texto enfatiza a necessidade da "volta às origens" e realça a importância da vinculação mais efetiva do PT com os movimentos sociais, bem como de sua estruturação em núcleos. Neste sentido as discussões da direção apontam corretamente para a retomada do processo de construção do PT mas ainda longe da concretização deste rumo em propostas concretas satisfatórias.

Ao mesmo tempo, noutro plano, a Comissão Política vem desenvolvendo várias discussões com a nova bancada federal do PT com vistas à definição de uma atividade parlamentar mais partidária e menos individual. Algumas decisões já foram tomadas: como previsto pela Carta Eleitoral, 40% dos rendimentos fixos dos parlamentares serão destinados diretamente ao caixa central do PT (o que fará o total de Cr\$ 4,5 milhões mensais); os três assessores a que cada parlamentar tem direito deverão ser apenas ratificados pela direção partidária e a verba anual para fins de doação social a que cada parlamentar tem direito (Cr\$ 7,2 milhões cada) será destinada integralmente aos Instituto Wilson Pinheiro.

No plano mais político, estas discussões com a bancada apenas começam. Fruto destas reuniões foi já a nota emitida na semana passada conclamando os demais partidos à convocação extraordinária do Congresso Nacional para fiscalização das relações governo-FMI. Ao mesmo tempo se discute na bancada a relação que o PT



deve ter com o PMDB, principalmente nos estados em que este conquistou o governo. Para Irma Passoni, por exemplo, esta relação não deve ser abertamente oposicionista, mas tão somente uma relação de independência pois, argumenta, "pode-se cair no isolamento político". Contrapondo-se a esta visão coloca-se a maioria, mas com matizes importantes no qualificar o tipo e o eixo da oposição a ser levada frente ao PMDB.

De qualquer forma as discussões são ainda preliminares e inconclusas, devendo-se levar um certo tempo para delineamento mais claro do quadro político a nível da bancada federal. Até mesmo por que estas reuniões nem sempre estiveram completas com todos os deputados, de forma que, por exemplo, uma questão relevante como a escolha do líder da bancada ainda sequer entrou em pauta.

De volta aos encaminhamentos da Comissão Executiva, a direção tratou ainda de dividir os estados entre seus membros para fins de acompanhamento agora durante este processo de avaliações, de forma a circular as informações e buscar-se um mínimo de homogeneidade.

Por fim, definiu-se também o calendário petista para o início do ano:

CALENDÁRIO

- * 5 de fevereiro: reunião do Diretório Nacional.
- * 6 de fevereiro: convenção nacional extraordinária oficial para apreciação do recurso do Pará, cujo diretório regional foi dissolvido há meses atrás pela direção nacional por haver transgredido deliberação da pré-convenção no que diz respeito à escolha do candidato ao governador.
- * março: pré-convenções municipais.
- * 10 de abril: convenções municipais oficiais.
- * maio: pré-convenções regionais.
- * 12 de junho: convenções estaduais oficiais.
- * 8 e 9 de julho: pré-convenção nacional.
- * 10 de julho: convenção nacional oficial.

**EM TEMPO:
EXCLUSIVO**

PT/82 — MAPA

Aqui, em primeira mão, os números nacionais

Num grande esforço de coleta e síntese de informações o **EM TEMPO** novamente, e em primeira mão, traz aos seus leitores o balanço completo de mais uma campanha petista. No ano passado foi o quadro final dos números da campanha de filiação, quando revelamos que o PT já ultrapassava os 200 mil filiados. Agora, trazemos a público o balanço dos resultados eleitorais do partido a escala nacional.

Foram vários dias de trabalho, colhendo informações preliminares junto à Secretaria Geral do partido, atualizando os vários dados por meio de dezenas de telefonemas às direções regionais, chegando muitas informações junto a variadas fontes da imprensa etc, até conseguirmos chegar ao resultado final esquematizado no quadro.

Mesmo assim, dada a pobre e precária estrutura partidária (e em alguns casos a morosidade nas apurações) vários resultados ainda são estimativas com certa margem de imprecisão. Mas, de qualquer forma trata-se de um conjunto valioso de informações para a análise do desempenho eleitoral do PT.

Os números conquistados pelo partido somam a mais de 1,6 milhões de votos em



todo o país que se traduziram na eleição de 8 deputados federais, 13 estaduais, 9 vereadores de capital, 2 prefeitos e 117 vereadores em cidades do interior.

O que é um óbvio avanço relativo para o PT, ainda que brutalmente aquém do esperado.

O que se reflete no percentual nacional dos votos petistas (3,5%), o qual, ficou sensivelmente abaixo dos pelo menos 5% exigidos para a legalização definitiva — caso a legislação eleitoral estivesse valendo já para este pleito os votos do PT seriam todos anulados. Ainda no plano destas exigências legais apenas em 2 estados (a mesma lei exige no mínimo 9) o partido alcançou mais de 3% da votação respectiva (foi o caso de São Paulo e o Acre; o Rio ficou perto, com 2,9%; Minas com 1,9%; o Rio Grande do Sul com 1,4%; o Espírito Santo com 1,3%; e os demais, todos abaixo de 1%).

Noutro plano, ressalta ainda a relação "votos por filiado", mesmo que as exigências e prazos legais tenham feito da figura do filiado algo bem distante daquela de um militante. O fato de em muitos estados esta relação baixar tremendamente, chegando a 0,5 (é o caso do Mato Grosso do Sul) faz evidente a débil implantação do partido e a precaríssima organização da sua base militante as quais precisam ser urgente e profundamente corrigidas no próximo período.

PT/SP

Diretório Regional lança o debate

Numa reunião do Diretório Estadual realizada no último domingo, dia 12, a direção do PT paulista continuou seu processo de avaliação eleitoral. Apesar da pequena presença, com dificuldade inclusive em alcançar o quórum para deliberações, as discussões foram intensas, várias visões se defrontando no debate. O Diretório não chegou a fechar uma posição final, marcando para o dia 30 de janeiro uma nova reunião quando então se pretende concluir a discussão a nível do organismo. Até o dia 4 de janeiro os membros do Diretório que desejarem apresentar avaliações próprias por escrito devem entregá-las para que sejam distribuídas a todo o partido juntamente com o texto de avaliação da Comissão Executiva que acaba de ser lançado

com o seguinte título "Um balanço é necessário. PT-83, a luta continua".

Este texto da Executiva não chegou a ser votado pelo Diretório dadas as divergências importantes por um lado e, por outro, a debilidade de uma discussão ainda inicial e o pequeno quórum da reunião.

As discussões mais importantes prenderam-se à caracterização do tipo de postura que o partido deverá adotar em relação ao governo Montoro: se uma linha de oposição publicamente declarada e aberta, ou então se uma postura de independência, manifestando-se apenas em cima de episódios e eventos específicos e concretos da política paulista.

O argumento dos que defendem a segunda posição pren-

de-se ao temor de um isolamento; já os que defendem a outra posição argumentam que em primeiro lugar somos efetivamente oposição, em segundo deixar de expressá-lo pode apenas levar a que sejamos absorvidos pela política peemedebista, e em terceiro arrematam afirmando que uma posição clara, política, em cima de uma plataforma é justamente o que permitirá nos demarcar, desmascarar as limitações e vacilações do PMDB e crescer nossa influência junto às massas.

De qualquer forma, o debate continuará na próxima reunião, devendo no entanto ser esquentado no encontro de diretórios distritais da capital que a direção estadual decidiu convocar para definir os encaminhamentos de uma campanha por eleições diretas para a capital.

Comunistas presos em São Paulo

Pela liberdade de organização

A Polícia Federal prendeu na manhã de segunda-feira, 13 de dezembro, na sede do jornal Voz da Unidade e das editoras Juruá e Nova Rumo, que funcionam juntas, 90 pessoas que se encontravam reunidas para discutir as "teses para um debate nacional de comunistas pela legalidade do PCB". Segundo a Polícia Federal e os órgãos da grande imprensa, estava sendo realizado o 7º Congresso do PCB, cuja preparação vinha se desenvolvendo a bastante tempo.

Este "debate" deveria durar até o dia 16 e dele participava toda a direção do partido (Giocondo Dias, Arsenio Guedes, Hércules Correa, Zuleika D'Alembert, Gildo Marçal, Salomão Malina, Lindolfo Silva, Moisés Vinha, etc), além de sindicalistas, como Arnaldo Gonçalves, presidente do sindicato dos metalúrgicos de Santos, e Ivan Pinheiro, presidente do sindicato dos bancários do Rio de Janeiro, e parlamentares, como o recém-eleito vereador em São Paulo, Luis Tenório de Lima.

Os objetivos da ação policial foram, segundo comentou-se em São Paulo, impedir que a ação do PCB ultrapasse os limites de uma semi-

clandestinidade consentida e "dar um recado para os setores duros militares, mostrando que o governo está vigilante, é capaz de executar operações eficazes e, principalmente, sabe e controla os limites da abertura". Mostrou, além disso, que não depende do DOPS, sob jurisdição do governo estadual para efetuar a repressão política.

Luis Carlos Prestes, cuja ala não participou do "debate", denunciou a prisão mas criticou a "irresponsabilidade dos organizadores" do encontro, pois "acreditar na abertura do Figueiredo é, no mínimo, ser ingênuo, pois no Brasil ainda não existe democracia e isso que anda por aí, que chamam de abertura, não será nunca uma democracia".

Dirigentes do PT e do PMDB denunciaram a ação repressiva, "decidida em Brasília, na mais alta cúpula do governo", defendendo o direito de todas as correntes políticas a legalidade.

A prisão dos dirigentes comunistas em São Paulo mostra, uma vez mais, os limites do espaço democrático hoje existente no Brasil e a impossibilidade de basear-se na "boa vontade" do regime para ampliá-lo.

ELEITORAL NACIONAL

da votação petista, estado por estado.

ESTADOS	Dados (1)	Votos válidos (mil)	Quociente eleitoral dep., fed.	Quociente eleitoral dep. est.	Votação PT		Dep. fed.	Dep. est.	Vereador capital	Vereador interior	Pref.	Nº de filiados	Votos por filiado
					Votos (2)	%							
Acre	C	91	11.000	3.800	4.640	5,1%	1		2	1		1.042	4,4
Amazonas	E	430	53.000	17.900	5000	1,1%				4		2.470	2,0
Bahia	C	3030	77.000	48.100	25.022	0,8%				6		9.700	2,6
Ceará	C	1.915	87.000	41.600	9.961	0,5%						6.000	1,7
Espírito Santo	C	826	91.000	30.600	10.588	1,3%						5.500	1,9
Goiás	C	1.600	100.000	40.000	9.818	0,6%						11.400	0,9
Maranhão	E	1.000	55.000	30.000	10.000	1,0%				9	1	6.047	1,6
Mato Grosso	C	415	52.000	17.300	887	0,2%						686	1,3
Mato G. Sul	E	600	75.000	25.000	1.089	0,2%						2.320	0,5
Minas Gerais	C	5.843	108.000	73.900	108.203	1,9%	1	1		13		40.000	2,8
Pará	E	1.218	81.000	31.200	10.439	0,8%				5		5.900	1,7
Paraíba	C	872	72.000	24.200	3.918	0,4%						5.800	0,7
Paraná	C	3.122	91.000	53.800	12.047	0,4%						15.500	0,8
Pernambuco	E	1.500	58.000	30.000	5.800	0,4%						8.000	0,7
Piauí	E	770	77.000	25.600	6.000	0,8%				3		3.400	1,8
Rio G. do Norte	E	765	95.000	31.800	1.700	0,2%						2.700	0,6
Rio G. do Sul	C	3.727	116.000	66.500	50.713	1,4%			1			16.500	3,1
Rio de Janeiro	C	5.245	114.000	74.900	152.616	2,9%	1	2	1	1		53.000	2,9
Rondônia	E				17.668					2		6.300	2,8
Sta. Catarina	E	1.700	106.000	42.500	6.880	0,4%						6.300	1,1
São Paulo	C	11.210	186.000	133.000	1.144.648	9,8%	6	9	5	73	1	79.000	14,5
Sergipe	C	337	42.000	14.000	1354	0,4%						1.050	1,3
Total	E	46.216			1.604.738	3,5%	8	13	9	117	2	288.615	5,6

Observações:

(1) C — Dados com confirmação final

E — Dados finais estimados com base em resultados parciais

(2) Votos dados ao candidato ao governo

ACRE: 1 deputado estadual (Ivan de Castro Melo, farmacêutico) e 1 vereador em Xapuri (Osmar Fakundo de Oliveira, seringueiro).

AMAZONAS: 4 vereadores nas cidades de Itacoatiara (1), Uruçubá (2) e Boca do Acre (1).

BAHIA: 6 vereadores nas cidades de Paulo Afonso (Evandro

Paiva, eletricitário), Campo Alegre de Lourdes (2 trabalhadores rurais) e Catu (3, sendo 1 petroleiro)

MARANHÃO: Prefeito (Manuel da Silva Costa, pequeno produtor) e 6 vereadores na cidade de Santa Quitéria e 1 vereador nas cidades de Alcântara, Duque Bacelar e João Lisboa.

MINAS GERAIS: 1 deputado federal (Luis Soares Dulci, dirigente do movimento dos professores), 1 deputado estadual (João Batista dos Mares Guia, professor) 2 vereadores na capital (Helena Greco, dirigente do movimento pela anistia e René Trindade, professor). 13

vereadores nas seguintes cidades: Monlevade, Teófilo Otoni, Barrão de Cocais, Santos Dumond, Cataguases, Paraisópolis, Botelhos, Toté, Pavão, Pe. Paraiso, Ouro Verde de Minas, Janpruca e Comercinho.

PARÁ: 5 vereadores nas cidades de Gurupá, Aveiro e Aniximirá

PIAUI: 3 vereadores em Esperantina.

RIO GRANDE DO SUL: 1 vereador em Porto Alegre (Antônio Hohlfeldt, jornalista e professor)

RIO DE JANEIRO: 1 deputado federal (José Eudes, atualmente deputado estadual), 2 deputados estaduais (List Vieira, advogado

e participante do movimento ecológico e Lucia Arruda, fotógrafa). 1 vereadora na capital, Benedita Souza da Silva (liderança do movimento de favelas)

1 vereador em Volta Redonda (Edson Santana, trabalhador na Cia Siderúrgica Nacional).

RONDÔNIA: 1 vereador em cacoal (José Moreira) e 1 vereador em Ouro Preto do Oeste (Reva Havaí).

SÃO PAULO: 6 deputados federais (Djalma Bom, Eduardo Suplicy, Irma Passoni Bete Mendes, Airton Soares e José Genoíno). 9 deputados estaduais (José Cicote, dirigente sindical cassado dos metalúrgicos de

santo André, Expedito Soares, dirigente sindical cassado dos metalúrgicos de São Bernardo, Marco Aurélio Ribeiro, reeleito, Sérgio dos Santos, reeleito, Geraldo Siqueira, reeleito, Paulo Frateschi, dirigente do movimento de professores, e Paulo Diniz, professor.) 5 vereadores na capital (João Carlos, da Pastoral Operária, Iredé Cardoso, jornalista, Tereza Lajolo, professora, Luiza Erundina, assistente social, Claudio Barroso Gomes, operário). Prefeito de Diadema (Gílson Menezes, dirigente sindical cassado dos metalúrgicos de São Bernardo) e 73 vereadores em várias cidades de interior.

Fala Genoíno

O PT precisa avançar na luta contra a ditadura

— **Prá começar, uma geral: como você analisa a nova conjuntura pós-eleitoral?**

— Em primeiro lugar é necessário deixar claro o quadro dentro do qual se deram as eleições: ainda dentro de uma legislação marcadamente repressiva, onde o poder econômico jogou uma grande influência, e uma eleição onde a maior parte da população ainda não votou, dado o voto não estendido ao analfabeto. Estes dados são importantes para se estender e que as urnas falaram, para se relativizar o resultado das urnas.

A partir daí eu acho que um segundo dado importante é que do ponto de vista do voto na urna, o regime militar, o governo Figueiredo e sua expressão parlamentar, o PDS, foram derrotados. Tanto no número de votos geral do país como na expressão relativa dos estados que conseguiram ainda segurar.

Agora, quem ganhou as eleições, foi o projeto liberal burguês, principalmente nos seus setores mais conservadores que são os governadores eleitos pelo PMDB. Mas esta vitória liberal burguesa também tem que ser relativizada pois a adesão da massa ao programa do PMDB, os laços que unem o eleitorado peemedebista ao projeto do partido são bastante tênues. O voto vinculado fez destas eleições mais um plebiscito.

Estas considerações são importantes para se elaborar uma tática para o período. Isto é, não se pode dizer que a massa aderiu ao projeto liberal burguês, que a massa é conservadora etc. como alguns companheiros parecem enunciar.

— **E a campanha do PT, como você a avalia?**

— Se conseguimos pouco agora nestas eleições, em parte se deve a que o PT não se colocou como uma alternativa política clara, bem delimitada, do projeto liberal burguês. Isto porque não conseguiu orientar sua campanha numa linha clara de combate ao regime militar (e ao PMDB, porque concilia com o regime) não enfrentou a crise econômica com uma plataforma avançada de combate às suas causas dando respostas ao problema da dívida externa, dos reajustes salariais e da questão imperialista. E foi nisso que o PT se descaracterizou e a partir daí sofreu um certo isolamento político.

O grande derrotado nestas eleições foi o regime militar, e a vitória ficou com a oposição liberal burguesa, principalmente nos seus segmentos mais conservadores.

Não porque o partido tenha sido radical. Eu acho o contrário. Eu acho que os erros do PT na campanha não estão pela esquerda mas sim pela direita, na medida em que não deixou clara sua posição de combate à situação vigente.

No entanto os resultados modestos do PT no plano eleitoral têm que ser também relativizados. O 1,5 milhão de votos obtidos pelo partido são de alta qualidade política, sobretudo em São Paulo, votos claramente de esquerda, uma razoável base de massas sobre a qual o partido pôde se apoiar para se lançar à disputa política.

José Genoíno Neto, cearense de Quixeramobim, 36 anos, casado, e com uma filha, é um dos 6 deputados federais eleitos pelo PT em São Paulo, com 58.650 votos (38 mil na capital e o restante no interior). Ex-dirigente da UNE no período 69/70, participou da guerrilha do Araguaia em 72, foi preso e condenado, cumprindo pena de 72 a 77. Desde sua libertação, é professor em São Paulo e atualmente é também membro do Diretório Regional do partido. A eleição de Genoíno foi tida por muitos como uma surpresa, o que ele explica ressaltando principalmente o fato de sua campanha ter sido fortemente politizada por uma clara plataforma de combate à ditadura militar e a exploração monopolista. Aqui, seu balanço da campanha petista e das novas tarefas do partido.



O PT errou ainda ao não saber combater o PTB, desmascarando o radicalismo verbal do Jânio com propostas políticas, e não competindo com ele no plano moral. Errou também ao subestimar a força do PDS, o que se expressou na fórmula equivocada do "cachorro morto".

Na questão do preconceito de classe, acho que houve ganhos, mas igualmente aí a resposta do partido não foi politicamente a mais eficaz. A maneira de se combater o preconceito, nas condições da luta de classes hoje no Brasil, é pela política. É importante que o operário vote no operário, mas entenda que aquele operário não é igualzinho a ele, numa identificação quase que moral. Mas sim que seja um operário que tenha propostas políticas operárias para se governar o Brasil, para combater em nome dos interesses da classe. Não se pode fazer a vinculação mecânica em termos de classe mas sim de projeto político. É na medida em que um operário vê um companheiro com propostas políticas convincentes e representativas dos seus interesses de classe, é nesta medida que ele rompe de fato o preconceito, que ele vê que é possível uma política de classe. Não se quebra o preconceito rebaixando o nível de consciência da classe operária, dos trabalhadores, ao basismo e ao economicismo.

— **A seu ver, quais deveriam ser os eixos políticos para a nova conjuntura?**

— Nossa plataforma tem que estar centrada na luta contra a ditadura, e que não pode se desenvolver apenas em torno dos temas institucionais como por exemplo as eleições diretas para prefeito e presidente. Temos que centrar no combate à Lei de Segurança Nacional, à repressão política e social, que são os temas concretos mais diretamente sentidos pelas massas. A burguesia liberal tenta levar os temas da liberdade apenas para o plano parlamentar deixando de lado a repressão aos movimentos sociais, do aparelho repressivo etc. e é aí que temos que centrar nossa luta.

— **Passando já para o plano interno do partido. Quem ganhou e quem perdeu nestas eleições? Como você vê o futuro da luta interna no partido?**

— Antes de mais nada é preciso ressaltar o clima altamente positivo, diferente de outros momentos anteriores, em que vem se desenvolvendo as primeiras discussões de avaliação. Não há sectarismos nem retaliações, ao contrário do que quer fazer crer a grande imprensa; o que há e deve ser preservado é um saudável clima construtivo de debates.

Quanto aos desdobramentos, eu ainda não tenho condições de avaliá-los, pois o debate está se recém iniciando. Mas o que eu já estou sentindo é que o resultado eleitoral e as questões enfrentadas pelo partido durante a campanha estão apontando no sentido do PT avançar em direção a uma série de definições políticas. Há um clima, um estado de espírito, a nível das bases, nos núcleos e diretórios que aponta no rumo certo. A nível da direção a discussão ainda é pequena e talvez demore um pouco mais para se perceber a tendência das avaliações.

— **E caso o PT não avance neste rumo apontado por você, no rumo da politização da luta contra a ditadura; caso ele persista em formulações do tipo da antiga proposta paulista de Plataforma Nacional, ou então do recente Projeto de Programa Econômico?**

— Primeiro eu repito: os resultados eleitorais não apontam neste rumo. Eles pedem que o partido avance. Mas caso predomine o economicismo e o basismo o PT vai cair ou num isolamento político cada vez maior ou então será levado a submergir ao projeto liberal burguês. Mas se o debate for travado em termos abertos, francos e democráticos dentro do partido, então eu creio que o resultado destas definições tenderá a ser positivo.

— **Há polémicas hoje em São Paulo sobre a relação a se ter diante do governo Montoro. O que você pensa a respeito?**

Os laços da oposição burguesa com seu eleitorado são bastante tênues, precários. Isto é, não se pode dizer que a massa aderiu ao seu projeto, que ela é conservadora etc.

— Acho que temos que ser claramente oposição. Como eu dizia na minha avaliação o PT não soube combater corretamente a proposta peemedebista ao longo da campanha. O erro foi não se opor ao projeto político e econômico da burguesia liberal, ficando numa crítica pessoal, moralista etc. e que terminava por tratar o PMDB e o PDS como se fossem a mesma coisa.

Desta forma, hoje também não podemos tratar o Montoro como se fosse o Maluf. Nós temos que mostrar que o projeto do PMDB não combate o regime militar nem muito menos os interesses econômicos que o regime representa, e que quer apenas uma débil democracia liberal pela via da auto-reforma do regime. Disso decorre uma postura clara de oposição e demarcação frente ao PMDB, independentemente dele aqui estar no governo e ali não estar. Uma oposição com base numa plataforma que permita demarcar este campo. Pois é certo que estes governos peemedebistas tratarão de atender a algumas reivindicações imediatistas para as massas como também terão defensores hábeis no manuseio de sua política de atrelamento do movimento de massa ao seu projeto (basta ver agora o jornal *Voz da Unidade* defender apertado de cintos para garantir a estabilidade do governo Montoro, por exemplo).

Não é a oposição clara a estes governos que pode levar ao isolamento. A demarcação política permite é crescer o partido junto às massas. O que leva ao isolamento é a demarcação apenas moralista e pessoal que costuma vir junto com o economicismo e o basismo.

— **Além da plataforma para a conjuntura pós-eleitoral, que outras definições você acha que se colocam para o partido agora?**

Se o PT romper com o economicismo e o basismo, se ele se constituir numa alternativa política concreta contra a ditadura e a exploração, as possibilidades de crescimento são enormes.

— Além destas questões políticas mais gerais de que falei acho que é imprescindível que o PT defina sua relação com os movimentos sociais. O PT vive hoje uma ambiguidade entre ser apenas um representante, um espelho dos movimentos, ou então de contribuir para a politização e conscientização dos movimentos sociais, para sua organização nas lutas, tendo propostas políticas para os movimentos e tomando iniciativas reais e conseqüentes nos seus desdobramentos. O partido não pode mais ficar a reboque dos movimentos, contemporizando com o atraso, o basismo e a despolitização. O PT tem que passar a ter a prática de reunir seus militantes em cada setor e definir propostas de ação. Os núcleos e diretórios não podem mais ficar como órgãos meramente de representação, mas têm que ter o papel importante de ser instrumentos de luta junto ao movimento. É preciso ultrapassar a fase da mera independência política. Esta independência não pode ser uma idéia abstrata mas tem que ser materializada em propostas políticas e em ação concreta dos núcleos, diretórios e todas as demais instâncias do partido. Isto é importante pois o PT apenas vai conseguir se mostrar como alternativa, se diferenciar e polarizar se ele se mostrar conhecido e presente nos movimentos e na massa. Do contrário ele não consegue abrir espaço, por melhores propostas abstratas que tenha. Para isso ele tem que estar presente nos movimentos, tem que estar capacitado por meios materiais, jornal, encontros, núcleos etc. par se fazer ativo nas lutas. Enfim, há milhares de atividades que surgiram neste processo eleitoral e que agora têm que ser organizadas para o prosseguimento da luta num patamar superior.

Balanço sindical — 1982

A indecisão favorece a recuperação burguesa

No seu primeiro número deste ano, o EM TEMPO já anunciava os grandes pontos de congestionamento do movimento sindical em 1982. O balanço de 1981 apontava um quadro econômico difícil, com uma ofensiva burguesa visível, uma tendência à eclosão de greves localizadas de resistência à política recessiva e uma disputa acirrada nas eleições e nos encontros intersindicais.

(Por Régis Morais)



As decisões da CONCLAT não se tornaram luta

Em janeiro comentávamos a ofensiva de Magri, presidente do sindicato dos eletricitários de SP, no sentido de adiar a CONCLAT. "O maciste da Light", como alguns o chamam, não fazia mais que anunciar uma série de lances com os quais a chamada "Unidade Sindical" tentaria reverter o quadro surgido na CONCLAT/81, onde havia sido deflagrado um método de construção da Intersindical que não lhe interessava. Já nos primeiros meses do ano, anunciávamos a estratégia de divisão sustentada pelas federações, CNTI, e estimulada pelo governo. De maio a julho, os vovéns da Comissão Nacional pró-CUT estontearam sindicalistas e observadores. E alegraram o ministro do Trabalho, o patronato e muito mais gente que apostava na "incapacidade operária". Em julho, a consulta aos ENCLATs revelava a disposição de realizar a CONCLAT. A decisão pelo adiamento, por parte da CNPC, porém, deixava sem direção o movimento pela CUT, o que parecia uma esquizofrênica "tática" de tomar a direção para destruí-la. Em julho, ainda publicávamos o quadro dos ENCLATs sobre o adiamento da CONCLAT e a nossa manchete era: "responder ao golpe e denunciar a divisão". O ENCLAT de S. Paulo, primeiro realizado depois de cristalizado o adiamento (o do R.G. Sul foi feito em cima do adiamento), adiantou o que ia acontecer daí por diante. Nenhuma surpresa portanto quando, em setembro, se deu o racha na CNPC. Em outubro, publicávamos o "calendário da traição", onde se percebiam as grandes linhas que norteavam a política do adiamento e da construção de

uma CUT domesticada. Em novembro confirmávamos isso com a mostra do que seria a CNTI reformada, via a chapa de oposição liderada por Argeu e Joaquinção. Ainda em novembro, no ENCLAT de SP, sindicalistas publicamente simpáticos aos jornais *Voz da Unidade* e *Tribuna da Luta Operária* eram obrigados a admitir, em plenário, alto e bom som, que as federações de SP (lideradas por Argeu, metalúrgico) articulavam uma saída divisionista e paralela, construída por dentro da burocracia sindical e ignorando os ENCLATs, CONCLATs, etc. Para quem sempre acusou S. Bernardo de divisionista, por não fechar acordo com Argeu na ocasião das campanhas salariais de março, isso é um avanço significativo. Do qual porém, infelizmente, talvez não se tenha desdobramento...

Em termos gerais, o movimento intersindical registrou avanços em muitos estados como SP, R. G. Sul, etc., onde o enraizamento maior, a constituição de comissões pró-CUTs estaduais eleitas em ENCLATs, mostram caminhos promissores. Contudo, o impasse a nível nacional, e a lentidão desse processo, frente à avalanche da nova política econômica e da nova política sindical do regime e de seus aliados, dão o que pensar. Mudanças na política salarial, fiscal, malandragens no INPC, política de reestruturação industrial, com ou sem FMI, exigem respostas globais e políticas impensáveis sem uma centralização do movimento operário. Caso contrário, a iniciativa, mais uma vez, caberá à burguesia em suas diversas frações.

A volta das greves

O ano foi, no que diz respeito às greves localizadas, muito mais positivo que 1981. A recuperação dos últimos meses do ano passado, foi acentuada. O ET acompanhou, entre os números 143 e 151, o piloto dessa recuperação—mais uma vez S. Bernardo do Campo. As lutas por fábrica, a preparação, a deflagração das greves de maio, sua extensão ao interior do estado, o balanço feito pelos próprios operários. Outras greves importantes foram cobertas pelo ET: estaleiros de Niterói, metalúrgicos do R. Gde. Sul, vestuários de S. Catarina. Na capital, cerca de 15 greves nas metalúrgicas, foram acompanhadas de documentação

que as inseria no quadro da crise econômica, reestruturação industrial promovida pelo empresariado (zonas francas, etc.). Mas o vazio ficou por conta da greve dos eletricitários da Bahia e dos motoristas do ABC, dois movimentos importantes dos quais o ET não registrou os avanços.

Num quadro de dificuldades como este, as conquistas não foram pequenas. Onde houve greve, onde houve luta, conquistou-se algo, do ponto de vista econômico e do ponto de vista político-sindical (comissões de fábrica, delegados sindicais, etc.).

Eleições sindicais: poucas e boas

Em 1982, em S. Paulo, a direção dos bancários deu uma lição de democracia nas eleições do sindicato. Mesas coletoras com presença de todas as chapas, direito de expressão igual na imprensa da entidade, e por aí afora. Com tudo isso, fez, diante das outras duas chapas (*HP, Voz da Unidade, pelegos*), nada menos que 75% dos votos. Na grande S. Paulo, foi o ano dos químicos. O sindicato da capital passou à oposição, no peito e na

raça, contra uma chapa pelegos — *Tribuna da Luta Operária*. O quadro foi mais ou menos o mesmo no ABC, onde a oposição levou a vitória também por boa margem. No R. Gde. Sul acentuou-se a constituição de um anel de oposição em torno de N. Hamburgo, Canoas, etc. Na Bahia, os metalúrgicos votaram oposição, na cabeça. Mas a "unidade sindical" também ganhou algumas: motoristas de S. Paulo, gráficos, etc.

O PT vai aos Sindicatos

Desde o início do ano, um calendário marcava a preocupação de articular a intervenção do PT dentro do movimento sindical. Marcado o encontro nacional de sindicalistas do partido (precedido por encontros estaduais), o ET publicou, regularmente, documentos, subsídios, entrevistas e a cobertura dos principais encontros (urbanos e rurais) dos sindicalistas do partido. Contudo, apesar dos avanços e da disposição, nem tudo foi bem. Um sinal contundente foi a posição do *Jornal dos Trabalhadores* frente ao adiamento da CONCLAT. Ambíguo, sem coluna vertebral, dizia coisas que

contradiam posições dos sindicalistas e inclusive da direção do partido. Coisa aliás duramente cobrada no Encontro Nacional, de julho, em S. Paulo.

A articulação sindical do PT e dos sindicalistas "autênticos", aliás, continuou sinuosa e ambígua. Principalmente no que diz respeito à questão da frente única no movimento sindical. O que demonstra a necessidade de maior discussão. A efetivação das secretarias sindicais do partido está na ordem do dia. Uma tarefa aliás que se põe diante dos operários-deputados eleitos em novembro...

OPERSPECTIVA internacional

Brasil
O Partido dos Trabalhadores e as eleições - José Leite

Dossiê: Os marxistas e as eleições
A conquista revolucionária do poder - João Machado

O Partido Comunista e o parlamento
Resolução do 2º Congresso da III Internacional

Os revolucionários e as eleições - Hugo Blanco

Argentina
Conquistar a independência de classe - Marcelo Zugadi

Dossiê Polônia
O debate sobre a orientação política do Solidariedade

Guerra de posição - Zbigniew Bujak
Vocês tem uma chance histórica - Jacek Kuron
Guerra de posição e guerra de movimento: sobre a estratégia do Solidariedade - Zbigniew Kowalewski

A greve nacional dos docentes e funcionários contra o MEC

Como surgiu o Comando de Greve

A primeira greve nacional dos funcionários das Instituições do Ensino Superior Autárquicas (universidades e escolas isoladas federais) ocorre numa conjuntura marcada por dois traços centrais. De um lado o governo recorre a empréstimos do FMI para "salvar" a economia, submetendo-se às exigências do Fundo de aprofundar a recessão, o arrocho salarial e o desemprego. De outro lado parcelas consideráveis dos trabalhadores e do povo em geral se encontram entorpecidos momentaneamente pelo processo eleitoral.

Centrada principalmente na questão salarial essa greve (bem como a dos docentes) checa diretamente a nova política econômica do governo e contribui para sacudir a apatia e as ilusões mostrando que só com organização e luta é que melhores condições de vida e trabalho serão conquistadas.

Aqui, uma entrevista com José Edvaldo Rosas, Secretário Geral da Associação dos Funcionários da Universidade Federal da Paraíba e membro do Comando Nacional de Greve.

— **Quais foram as principais causas do movimento grevista?**

— As mesmas de tantas outras greves que houve no Brasil: a situação de miséria em que se encontra o funcionalismo depois de anos e anos de arrocho salarial. Desde 67 os salários reais da categoria diminuíram em mais de 200% devido às sucessivas diferenças entre a inflação e os reajustes. Quase metade da categoria ganha até 2 salários mínimos e apenas um décimo ganha mais de 3 salários.

— **Quais as principais reivindicações?**

— Frente ao quadro terrível acima, não queremos muito: reposição salarial de 61% a partir de 1.º de novembro, reajuste semestral de acordo

com o INPC de maio a novembro (41,9%), estabilidade no emprego, gratificação quinzenal para os funcionários sob regime da CLT e 13.º salário para os estatutários.

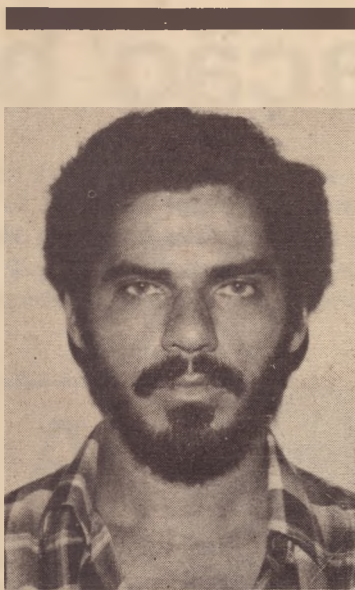
— **Os docentes das universidades federais estão também, pela terceira vez, numa greve nacional. Você acha que isso contribuiu para a mobilização de vocês?**

— Sem dúvidas! O exemplo das três greves de professores foi muito importante. Só para ver um dado, a nossa associação na Paraíba foi criada durante a greve dos docentes de 81.

— **E a greve agora, como começou?**

— Como disse, a partir das greves dos professores foi sendo sentida a necessidade de uma articulação nacional dos funcionários para fazer frente ao MEC. Esta articulação foi feita por dentro da FASUBRA (Federação das Associações dos Servidores das Universidades Brasileiras). No começo de outubro foi feita uma reunião com 16 associações que elaborou a pauta de reivindicações enviada ao MEC e criou o Comando de Mobilização para coordenar as atividades em todo o país. Assembleias nas universidades, posteriormente, prepararam o processo e a 9 de novembro, após uma audiência com a ministra da Educação, em que ela respondeu com evasivas, o Comando marcou o Dia Nacional da Paralisação para 23 de novembro.

Dois dias depois do 23 os funcionários da Universidade da Paraíba entraram em greve para pressionar a ministra, e a partir daí a greve foi se expandindo pela base. As diretorias combativas puxaram a greve, as vacilantes acabaram tendo que aderir e as pelegas foram literalmente massacradas. E assim foi indo até que depois da terceira



Edvaldo: "um grande saldo na organização"

audiência sem nenhuma resposta concreta uma reunião de 18 associações em Brasília decidiu decretar a greve nacional e criar o Comando Nacional de Paralisação sediado permanentemente em Brasília.

— **E como está a repressão ao movimento?**

— Está mais descentralizada, a nível de cada universidade. A Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES) denunciou pressões do SNI para que os reitores reprimissem o movimento, mas alguns não toparam a "idéia". Me parece que a tática deles vai ser mais de tentar esvaziar a greve pelo cansaço deixando a repressão decisiva e forte para ser jogada no momento do anúncio do reajuste para todo o funcionalismo como forma de forçar a categoria a aceitar.

— **Já se conquistou algo, alguma vitória parcial?**

— Nossa articulação a nível nacional já é uma enorme

vitória. Além disso o desmascaramento dos pelegos abriu espaço para o surgimento de lideranças combativas em vários lugares. Ou seja, até agora a consciência política e a organização avançaram muito com a greve.

— **Você disse que era membro do PT de João Pessoa. Como está a postura e a ação do partido nesta greve?**

— Muitos petistas lá e em outras cidades estão ativos no movimento. Mas a nível nacional, o partido como tal ainda não fez nada de concreto. É efetivamente uma grande lacuna não podermos ter o partido realmente presente no movimento para avançar a luta. É hora do PT se lançar ao movimento sindical com núcleos por categoria, linhas de intervenção etc.

Docentes buscam ampliar a luta

Nestes últimos dias, depois da revelação de documentos do Ministério que haviam sido escondidos (os avisos 473 e 474 ao DASP e SEPLAN) dos docentes universitários, o movimento nacional dos docentes consegue uma importante vitória, que deve ser consolidada e ampliada. A ministra veio a público tentando desmentir as iniciativas do MEC e foi obrigada a ceder na sua proposta de reestruturação da Universidade.

Os documentos expunham claramente a política de aplicação da reestruturação em partes: em primeiro lugar a aplicação das pré-condições (desvinculação do DASP do orçamento global — ver EM TEMPO 163) e depois a reestruturação acadêmica via Conselho Federal de Educação. O Movimento Nacional dos Docentes antecipa-se e coloca a público estas iniciativas (antes colocadas como suspeita agora confirmadas). O Ministério é obrigado a ceder e mostra que aceita as reivindicações dos docentes, porém de forma ainda obscura em alguns pontos. A partir daí tenta reprimir o movimento, transformando os reitores em agentes policiais aplicadores da repressão (muitos se negaram e ameaçaram colocar

o cargo a disposição do MEC, o que fez com que este de novo retrocedesse).

Neste momento, em que os docentes conseguem manter as conquistas sobre a reestruturação da Universidade obtidas na última greve, é de fundamental importância a compreensão de todos sobre os próximos passos a serem dados. Como está no boletim da ANDES, o movimento passa a questionar objetivamente a política educacional do governo, passa a se mover em um patamar superior. É neste sentido que deve acumular forças e partir para a ofensiva, aglutinando a luta pelo Ensino Público e Gratuito, junto às demais categorias de trabalhadores. Só a mobilização de todos os trabalhadores, compreendendo que a luta pelo ensino público não é uma reivindicação isolada, mas questiona a fundo toda a política social e econômica do governo, poderá avançar e ampliar as conquistas. Por causa disto, é de fundamental importância que o PT saia do imobilismo e prostração pós-eleitoral e empunhe decisivamente as bandeiras pelo ensino público e gratuito, pela garantia do reajuste salarial a todos os trabalhadores e contra o desemprego.

Porto Alegre

Eleições metalúrgicas vão ao segundo turno

A Chapa 1 venceu este primeiro turno das eleições do Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre por apenas 185 votos de diferença com a Chapa 2. Resultado que a Oposição tem grandes chances de reverter até 26 de dezembro, data que inicia a segunda votação.

Mais um pelego está caindo. Desta vez é Adão Aggstram, desde 1976 presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre e há 15 anos na sua Diretoria.

A oposição Metalúrgica — Chapa 2, concorrendo pela primeira vez nestes 15 anos foi formada a partir de discussões e indicação dos metalúrgicos mais representativos e combativos de cada fábrica. Apesar das barreiras financeiras, ameaças dos patrões e provocações por parte da Chapa 1, a oposição conseguiu atingir massivamente a categoria, fazendo um trabalho

de porta de fábrica junto a cada metalúrgico. Desenvolveu uma campanha onde foram levantadas as principais dificuldades enfrentadas pela categoria, como o rebaixamento dos salários, o desemprego, o desrespeito às leis trabalhistas, a insalubridade e as péssimas condições de trabalho. Além disso, sua proposta para o Sindicato é a de romper com a prática imobilista e antidemocrática da atual Diretoria, que há três anos não presta contas das finanças, que fez com que o Sindicato chegasse a um descrédito tal junto à categoria que, dos 40 mil meta-

lúrgicos que a compõe, apenas 6.800 são sindicalizados. Com uma Diretoria permanentemente nas portas de fábrica, campanhas de sindicalização, comissões de fábrica a chapa 2 pretende transformar o sindicato num verdadeiro instrumento de organização e lutas da categoria.

A Chapa 1, ao contrário, preferiu fazer uma campanha voltada para queimar a oposição, danificando o material de campanha, espalhando boatos como "a oposição quer vender a colônia de férias para arrumar dinheiro para fundo de greve".

Contando com o apoio dos patrões, os pelegos nem se preocuparam em ir às portas de fábrica, pois os Departamentos de Pessoal das empresas se encarregaram de distribuir o material de campanha da Chapa 1, dentro de envelopes endereçados a cada operário. Na última semana é que, assustados com o apoio e reconhecimento obtido pela oposição junto à categoria, os pelegos foram obrigados a contratar os serviços do pessoal do Hora do Povo. Baixando nas fábricas com sua tradicional prática de provocações, os agapistas chegaram a ser vaia-

dos em uma das fábricas.

O resultado disso é que, dos 5.700 que votaram, a chapa 1 venceu a chapa 2 pela reduzida diferença de 183 votos. As dificuldades para a oposição não serão menores nesta 2.ª parte da votação, somando-se a isso o fato de que ela se realizará de 26 a 30 de dezembro, período em que várias firmas darão férias coletivas para os operários. Mesmo assim, o clima geral é de que a oposição vai conseguir reverter o resultado desfavorável e derrubar o pelego Adão.

(Sônia Maluf)

Movimento sindical argentino

A formação da CGT

Argentina hoje é um país falido — 60% da sua produção é destinada ao pagamento dos juros da dívida externa, na casa dos US\$ 40 bilhões, reconhecidamente, junto com o Brasil, uma das maiores do mundo. A contrapartida a nível interno é a deterioração extremada do nível de vida da população, fome e desemprego massivo. O saldo da política econômica da ditadura militar não deixa de ser expressivo: de 1976 a 1981 houve uma desvalorização em torno de 50% no valor real do salário; 22% de desempregados; 60% de evasão escolar motivada pela pobreza extremada.

Mas a Argentina conta também com um movimento operário, talvez, o mais politizado e combativo da América e para contê-lo a ditadura usou até agora, sua única arma possível — a repressão e o assassinato em massa.

Mas apesar de calado, o movimento operário argentino ressurgiu hoje com toda sua força e combatividade, buscando recuperar-se das perdas de guerra.

Luiz Lopes, secretário geral do sindicato dos bancários de Mar del Plata e delegado nacional da GCT-Brasil, (cuja sede se localiza na rua Brasil) representando os trabalhadores argentinos no IIIº Enclat-SP nos fala da situação do movimento sindical e político na Argentina.

Resistência na Clandestinidade

A CGT surgiu em 1945, fruto da fusão de centrais sindicais sindicatos comunistas, anarquistas e socialistas. E em 1951 o Partido Comunista argentino retira-se da entidade, fundando a Inter-sindical, que permanece sem expressividade no movimento. No período de sua existência legal a CGI através do recolhimento das contribuições sindicais acumulou milhões de dólares, desenvolvendo uma estrutura assistencialista e burocrática que acabou degenerando os reais objetivos com que foi construída.

A contestação pelos trabalhadores do projeto de pacto social proposto pelo peronismo — uma espécie de social — democracia sui generis — impediu que esse projeto se firmasse, obrigando ao imperialismo uma intervenção mais agressiva.

“Antes do golpe militar de 1976 a estrutura da CGT era baseada nas “comissões internas” (comissão de fábrica); cada grêmio (por categoria) tinha o seu secretário geral. Existiam os secretariados por cidade, as federações nacionais e o secretariado nacional”. Hoje, ressalta Luiz Lopes, existe uma diferença entre os estatutos da CGT e sua forma real de organização:

“Com o golpe de 1976 a CGT passou ao trabalho de resistência, na clandestinidade, quando os seus dois primeiros secretariados foram fuzilados, somando aos mais de 10 mil militantes sindicais desaparecidos ou mortos”.

Mesmo na clandestinidade a estrutura da CGT espalhava-se por cerca de 70% do território argentino e algumas greves gerais por categoria foram deflagradas, como a dos ferroviários, metroviários, bancários. A repressão foi violenta. Os trabalhadores que tomavam a palavra nas Assembléias apareciam depois fuzilados.

Isso gerou um movimento assembleísta onde se evitava a delegação que, se por um lado correspondia a uma necessidade de segurança, também teve importantes consequências políticas pois garantia a responsabilidade direta da massa na direção do movimento.



Argentina: Greve, Geral, portas fechadas, ruas desertas — O país parou.

“Comissão dos 25”

Em 1978 este movimento foi coordenado pela chamada ‘Comissão dos 25’, articulação sindical combativa de resistência na clandestinidade. É aí que ocorre a primeira greve geral em que paralisam as atividades 80% dos trabalhadores da produção.

A estratégia da ditadura para conter o movimento e contrapor-se à ‘Comissão dos 25’ é fundar a CNT — Comissão Nacional do Trabalho — que é o embrião da atual CGT-Azopardo (que leva esse nome por localizar-se na rua Azopardo). Para medir o ridículo dessa pretensa representação dos trabalhadores argentinos, o secretário geral da CGT-Azopardo perdeu as eleições no seu próprio sindicato de base.

Por outro lado, o sindicalismo combativo, em seu avanço de organização, cria a CUTA — Central Única dos Trabalhadores Argentinos, formada por sindicalistas independentes e pela ‘Comissão dos 25’ que, seis meses depois, transforma-se na CGT-Brasil. A reação da ditadura, apoiada nos pelegos e na OIT — Organi-

zação Internacional do Trabalho, órgão ligado a ONU, é criar a CGT-Azopardo.”

Mas apesar das tentativas de contenção do movimento de massas, os trabalhadores argentinos crescem em suas lutas como atestam as grandes mobilizações recentes.

Segundo a análise da CGI-Brasil e do próprio Luis, a situação da Argentina hoje não poderia ser mais tensa, “se delinea um equilíbrio de forças e impasse dos dois lados, com o perigo de um novo golpe militar muito mais violento que o de 1976 — uma alternativa bonapartista”. Enquanto não amadurecem totalmente as condições para isso, o governo tenta uma negociação via igreja, um “intermezzo” para golpear.

“A Argentina que queremos”

Com uma avaliação desta, a organização do movimento operário aposta corrida contra o tempo. A preocupação maior da CGT-Brasil, no momento, é formular, juntamente com as forças políticas, ligas agrárias e organizações de bairro um “projeto nacional revolucionário”: A Argentina que queremos, que lançará as bases

para um governo revolucionário, com a expropriação das oligarquias, nacionalização dos bancos e do comércio externo, capitaneados por uma Frente de Libertação; “algo além dos sindicatos, que são instrumentos de luta econômica, num quadro burguês”.

Para a CGT-Brasil a necessidade da organização de uma alternativa popular à ditadura militar é premente e ela só será completa e efetiva, somada com a solidariedade e alianças internacionais. “Precisamos mais do que nunca da solidariedade e organização conjunta dos trabalhadores a nível continental, para a América Latina. Nos faz muita falta um projeto econômico regional comum, que preveja uma integração regional o combate à penetração imperialista etc. Por isso estamos no Brasil, fazendo consultas com sindicalistas autênticos e iremos também à Bolívia e ao Peru”.

Mais argentina na
pág. 15 - Internacional

SP/Funcionários Públicos

Promessas de políticos

Os professores e funcionários públicos, em sua grande maioria, votaram na oposição. Foi nesse setor que a tese do voto útil fez mais estragos, pois mudar o governo significava mudar o patrão, e a maioria dos funcionários desaguou os seus votos no PMDB. Junto com o voto, o sonhado aumento real de salários e o reajuste semestral.

Eleito Montoro, a categoria já estava fazendo as contas do que poderia fazer com o seu salário reajustado em, no mínimo, 100%.

Isso, é claro, até as declarações de Montoro, logo após sua diplomação como governador, publicada na grande imprensa dia 4 de dezembro último: “Não há dinheiro, o orçamento aprovado para 83 não permite esses reajustes”. Um banho de água fria, com argumentos que a categoria já conhece de cor de tanto serem usados por Maluf e seus antecessores.

Numa interessante troca de papéis é o próprio PDS quem levanta a tese do reajuste semestral, usando-a como ameaça ao novo governo eleito, e como chantagem para ver aprovado o chamado projeto Marinão. Como todo governo que se acaba, o governador José Maria Marin apresentou à Assembléia Legislativa um projeto que efetiva todos os servidores nomeados para cargo de confiança com um ano de exercício — um grande presente de Natal para os cabos eleitorais e apaniguados.

Rejeitado o projeto, o boato que corre é que será reapresentado, para ser votado em regime de urgência em janeiro, vinculado com o reajuste semestral.

Uma hipótese difícil de acreditar pois contraria toda a política econômica do governo, principalmente agora que se prepara um golpe contra os trabalhadores restrin-

gindo ainda mais a política salarial e que todas as decisões passam pelo crivo do FMI. E não são poucos os adeptos do PMDB, começando pelo próprio Montoro, que, esquecendo-se das promessas eleitorais posicionam-se contra a semestralidade por tratar-se de um golpe contra o novo governo.

Fora desse jogo os servidores estaduais têm a apresentar suas reivindicações, que não são de hoje nem de ontem, mas nasceram da miséria em que vive a categoria e ao longo das duras lutas nesses anos de ditadura: um reajuste acima da inflação e que reponha ao menos parcela das perdas salariais e o reajuste semestral.

E pelo que se pode deprender da conversa do governador ainda não empossado, o caminho para a conquista dessas reivindicações permanece o mesmo: a organização e mobilização da categoria.

Mulher vota em mulher petista

Das oito mulheres eleitas em São Paulo para a Câmara de Vereadores da Capital, Assembléia Legislativa e bancada federal, cinco são petistas. Se a proporção total de mulheres ainda é mínima, o que o voto parece indicar é um reconhecimento crescente da identificação entre os interesses das mulheres e a luta dos trabalhadores, e o socialismo.

Por Mária Carvalho

Dentro dos resultados eleitorais do PT — que ficaram abaixo das expectativas — um resultado positivo surpreendeu: a boa votação das candidatas petistas, particularmente das que centraram suas campanhas na luta feminista. Em São Paulo, dos cinco petistas eleitos para a câmara municipal da capital, três são mulheres, as únicas vereadoras da cidade. E, entre elas, Irede Cardoso, nome já conhecido como educadora, mas principalmente como feminista.

Irede afirma que o voto feminista, de homens e de mulheres, foi extremamente importante para a sua eleição. "Eu nunca escondi que sou feminista, ela afirma. Fui uma das fundadoras da Frente de Mulheres Feministas. E fui apoiada por duas entidades — Associação das Donas-de-casa e Associação Feminina da Zona Norte — que são feministas, agressivamente feministas e têm uma grande representatividade na periferia de São Paulo. Porque o feminismo que eu procuro praticar é um feminismo dentro da realidade da mulher brasileira. Eu luto como mulher, com as mulheres e o apoio das mulheres foi decisivo na minha eleição. Acredito que a luta feminista é uma luta revolucionária."

Tudo indica que essa identidade entre luta feminista e luta revolucionária demarcou um campo nesta eleição.

O voto em mulheres

Para a câmara federal, num total de 60 deputados, São Paulo elegeu outras três mulheres: Ivette Vargas, do PTB e Bete Mendes e Irma Passoni, do PT. Para a Assembléia Legislativa (84 deputados), apenas duas, Ruth Escobar (PMDB) e Crolinda Sampaio (PTB). A primeira conclusão: as mulheres ainda são minoria, mas minoria mesmo: 9% na câmara municipal da capital; 2,4% da Assembléia Legislativa e 5% da bancada federal do estado.

Mas, desse total de oito mulheres eleitas — sem contar as vereadoras de cidades do interior — cinco são petistas! Parece que à proposta de que "mulher vota em



mulher" agregou-se um adjetivo: petista. Todos que fizeram boca de urna para o PT cansaram de receber pedidos de chapas completas "só com mulheres". E isso não é, por si só, negativo: o que é preciso é saber fazer avançar essa identificação inicial, mostrando que nem todas as mulheres defenderão até o fim os interesses das próprias mulheres. Que a luta das mulheres é também uma luta contra os patrões e seu Estado. Até onde o voto vale como indicador, a boa votação das

mulheres petistas parece indicar que a consciência desta ligação entre a luta das mulheres e a luta dos trabalhadores é significativa.

O voto feminista

Porém, mais uma conclusão se impõe. Não apenas foram bem votadas as mulheres candidatas pelo PT. Tiveram votações expressivas ou mesmo chegaram a se eleger, mesmo com os resultados baixos do partido, as petistas que centraram suas

campanhas na luta feminista. É o caso da já citada Irede Cardoso, de Clara Charf, que recebeu mais de 19 mil votos como candidata a deputada estadual por São Paulo, de Helena Greco, eleita vereadora em Belo Horizonte. E também das cariocas Lúcia Arruda e Benedita, eleitas respectivamente deputada estadual e vereadora no Rio de Janeiro e Lélia Gonzales, segunda colocada entre os deputados federais.

Tudo isso significa que o PT é feminista? Infelizmente, ainda não. O partido demonstrou que tem espaço para o tratamento da questão e mais, demonstrou que é na perspectiva dos trabalhadores que a luta das mulheres ganha todo o seu sentido. Mas o partido acreditou muito pouco nestas candidatas. "Cansamos de ouvir que a gente não teria nem quinhentos votos", afirmam várias apoiadoras. E muita água ainda vai ter que rolar até que o conjunto do partido tome consciência da importância das reivindicações feministas e do movimento de mulheres.

Saldo positivo

Mas afinal, o que ficou das eleições para os e as feministas petistas foi uma grande animação. Muitas mulheres mobilizadas, muitas discussões, muitos contatos novos. Pelo menos Minas, Bahia e Rio Grande do Sul promoveram atividades e publicações unitárias do partido em torno à questão da mulher, sem contar a "Carta às mulheres brasileiras", distribuída em todo o país.

E ficou a enorme tarefa de amarrar toda esta agitação eleitoral, revertendo os frutos da campanha para um novo impulso no movimento unitário e autônomo das mulheres e para a incorporação do feminismo dentro do partido. Quer dizer: ficou provado o peso do voto feminista. Ficou provado que cada vez mais, "a luta das mulheres é também a luta dos trabalhadores e a luta dos trabalhadores é também a luta das mulheres" (do panfleto de Clara Charf). Resta reverter este voto e esta consciência em luta e organização das mulheres.

Mulheres do PT:

Encontros Regionais

Ao final do I Encontro Nacional do PT sobre a Questão da Mulher, realizado em junho, ficou prevista a realização de um Segundo Encontro, possivelmente ainda antes do 8 de Março de 83. Para preparar esse encontro, ficou marcada uma reunião entre representantes dos estados presentes para após as eleições.

Realizada nos dias 11 e 12 de dezembro, essa reunião contou com a presença de três estados — Minas, São Paulo e Rio Grande do Sul — que reavaliaram a oportunidade da realização do II Encontro. A reunião constatou que a realidade do movimento hoje é bastante diferente daquele momento em que realizamos o I Encontro.

As federações e uniões de mulheres, contra as quais combatemos até inícios de 82, praticamente sumiram de cena. A campanha eleitoral ampliou a influência do PT junto às mulheres e, com a eleição de governos de oposição em vários estados, está colocada a questão da relação com o Estado, com os Conselhos da Questão Feminina e Secretarias da Mulher. Além de tudo isso, a crise econômica promete agravar a situação de empregos, de salários e

dos equipamentos sociais, que afetam de maneira particular a mulher.

Um Estado que tenta cooptar, uma crise econômica que promete piorar as condições de vida, cobram a construção de um movimento forte, massivo e unitário. As comemorações do 8 de Março devem ser passos nesse sentido. E todo o esforço das mulheres do PT deve ser de contribuir para isso.

Assim, a reunião avaliou que este não era o momento propício para a realização do II Encontro Nacional do PT sobre a Questão da Mulher, mas sim, de privilegiar a realização de encontros regionais que pudessem ao mesmo tempo incentivar a participação organizada das petistas no 8 de Março e no movimento de mulheres e aprofundar a discussão do feminismo dentro do partido.

Além de não perder de vista a necessidade de uma articulação nacional, a reunião propõe uma pauta unificada para estes encontros, uma data comum — dias 5 e 6 de fevereiro — e uma reunião entre as Comissões de Mulheres - estaduais - para dia 10 de abril.

O prazer não cabe na abertura

Dois fatos recentes vieram demonstrar, dessa vez em relação ao movimento de mulheres e suas reivindicações, os limites da abertura. Primeiro, foi o inquérito policial aberto contra a candidata petista a vereadora em São Paulo, Caterina Koltai, pelo seu panfleto "Desobedeça". Caterina centrou sua campanha nos temas conhecidos como malditos: a legalização da maconha e do aborto, o direito de todo cidadão ao prazer etc. etc. E ainda durante a campanha teve seu panfleto apreendido e viu-se ameaçada de não tomar posse, caso eleita.

A seguir, a suspensão do quadro "Com-

portamento Sexual", da TV Mulher, Rede Globo. A cargo da também petista Marta Suplicy, o quadro vinha recebendo multas e admoestações do Dentel (Departamento Nacional de Telecomunicações) por causa de palavras como pênis ou penetração. A própria Rede Globo decidiu suspender o quadro e só voltou atrás depois de uma semana de mobilização do movimento feminista e entidades populares.

Marta voltou ao ar, para falar de sexo na TV, mas Caterina continua indiciada e proibida de "desobedecer". Afinal, na abertura cabe ou não cabe o prazer?

A polícia e a violência sexista

"Trate melhor do seu marido, cozinhe um feijão mais gostoso". Esta é, muitas vezes, a resposta que as mulheres recebem na polícia, ao denunciarem espancamentos por parte de seus maridos. É o que afirma o SOS-Mulher de São Paulo, em carta entregue ao delegado Rubens Liberatori, no dia 7 de dezembro. Ao mesmo tempo, os SOSs de Campinas, João Pessoa, Recife, Rio, Porto Alegre, Goiânia e Belo

Horizonte também protestavam junto à polícia em seus estados, contra o tratamento recebido pelas mulheres. "Poucas mulheres têm coragem de dar queixa quando sofrem um estupro", afirmava a carta. O delegado Liberatori prometeu providências e pediu denúncias de casos concretos: será que não bastam os 1500 atendidos nos dois anos de funcionamento do SOS de São Paulo?

1982: agressões do imperialismo, resistência dos trabalhadores

O ano de 1982 assistiu ao desenvolvimento das tendências já desenhadas em 1981, com um aguçamento ainda maior da polarização entre a burguesia e as massas proletárias. A contra-ofensiva reacionária do imperialismo, que ganhou consequência com a posse de Reagan, já se encontra plenamente configurada: políticas anti-operárias, corrida armamentista e intervenção militar. Sua primeira vitória importante, a derrota dos palestinos no Líbano. Mas a classe operária rebelou-se, principalmente na Europa imperialista, contra as políticas de austeridade e construiu um gigantesco movimento pela paz contra a crescente militarização do imperialismo. Na América Latina o enfraquecimento das ditaduras e a capitulação sem luta das burguesias frente ao imperialismo fizeram a balança pender para o lado das massas; o imperialismo também não conseguiu fazer recuar a revolução centro-americana. E na Polónia os trabalhadores mostraram que a burocracia não conseguirá a "normalização".

José Leite



Os patrões querem que as massas trabalhadoras paguem a sua dívida.

A crise econômica mundial demonstra novamente o caráter irremediavelmente anárquico e destrutivo do capitalismo. Seus efeitos recaem, cada vez mais, em todo o mundo, sobre a população trabalhadora, forçando-a a organizar uma difícil resistência.

A recessão mundial iniciada em 1980 atingiu este ano seu ponto culminante. Provocada pela queda da taxa de lucro e dos investimentos produtivos, ela foi prolongada e aprofundada pela política econômica monetarista aplicada nos países imperialistas, particularmente nos EUA, onde a elevação da taxa de juros desestimulou os investimentos produtivos.

Suas consequências imediatamente econômicas são bem conhecidas: superprodução, aumento da capacidade ociosa, contração dos mercados e do comércio mundial, aumento das atividades especulativas, falências, manutenção da inflação e endividamento crescente.

A política anti-operária das burguesias imperialistas

As políticas de austeridade sistematizam os ataques às conquistas da classe operária em todos os países onde estão sendo aplicadas. Significam uma redução dos salários reais e dos benefícios sociais, um ataque às suas condições de vida e trabalho e um crescimento galopante do desemprego — que hoje já atinge a mais de 30 milhões de pessoas nos países imperialistas.

O ano de 1982 assistiu a importantes lutas de resistência contra a ofensiva patronal nos países imperialistas. Mani-

festações contra a política de austeridade do governo democrata cristão de Helmut Kohl mobilizaram mais de 500 mil trabalhadores em outubro e novembro; mobilizações semelhantes culminaram, na Bélgica, em uma gigantesca greve geral, no início do ano; a greve geral de 22 de setembro na Inglaterra, em solidariedade a greve dos trabalhadores da saúde, foi a mais importante mobilização operária no país desde a greve geral de 1926.

A própria vitória dos partidos social democratas na Espanha e na Suécia, na esteira da vitória de Mitterrand, na França e Papandreu, na Grécia, em 1981, constituiu uma expressão do anseio de resistência e mudança dos trabalhadores europeus. A excessão confirma a regra. Na Alemanha a coligação social democratas-liberais foi rompida porque a burguesia exigia medidas de austeridade muito mais duras que as aplicadas pelos social democratas, que tem que conservar um base de apoio operária.

O "estouro" dos países dependentes

Os países imperialistas também desenvolvem iniciativas crescentes visando fazer recair sobre os países dependentes — e aí sobre as massas trabalhadoras —

o peso maior das consequências nefastas da crise econômica.

A grande novidade de 1982 foi justamente a ocorrência generalizada de dois fenômenos que caracterizam este processo. Em primeiro lugar redução dos preços mundiais das matérias primas, que atingiu mortalmente as exportações dos países atrasados. O preço do açúcar caiu em 85% em dois anos; o do cobre em 20% no início deste ano, atingindo o seu preço real mais baixo em 50 anos; o do estanho em 25% em 5 meses; o do alumínio em 33% em 18 meses... E a queda do preço das matérias primas é acompanhada pela restrição à importação, pelos países desenvolvidos, dos produtos industriais dos países atrasados. Eles estão, portanto, conhecendo uma grande queda do valor e do volume das suas exportações que os privam das divisas necessárias para o pagamento de sua dívida externa.

Em segundo lugar da insolência dos países dependentes mais endividados, que não puderam mais, este ano, pagar seus débitos junto aos bancos dos países imperialistas. O Brasil, com uma dívida oficial de 87 bilhões de dólares, o México, com uma dívida de 80 bilhões e a Argentina, com uma dívida de 37 bilhões, foram apenas alguns dos mais de 30 países que estão tendo que renegociar sua dívida externa e, em geral, colocar a gestão de sua política econômica nas mãos do FMI para obterem novos empréstimos (sobre o Brasil, ver págs. 2 e 3).

Para evitar o colapso de todo o sistema financeiro internacional os países imperialistas estão duplicando os recursos a disposição do FMI para empréstimos aos países insolventes, atingindo mais de 100

bilhões de dólares. Mas o conjunto dos países dependentes já acumulou dívidas no valor de mais de 1 trilhão de dólares, que não param de crescer.

Não há luz no fim do túnel

A espiral de novas dívidas contraídas para pagar velhas dívidas ou apenas o seu juros não poderá ser contida pela aplicação das políticas preconizadas pelo FMI. A recessão que elas provocam nos países que as aplicam poderia, em uma conjuntura de expansão econômica mundial, solucionar problemas na balança de pagamentos de países isolados. Mas na atual conjuntura e sendo aplicada a um grande número de países, com participação de conjunto importante na economia mundial, apenas realimentará e aprofundará a recessão e a crise do sistema financeiro internacional.

As burguesias dos países dependentes endividados tem submetido-se docilmente aos ultimatos do imperialismo que está, através do FMI, não apenas aprofundando a crise destes países mas também tonando-os mais dependentes, mais inseridos na ordem econômica mundial estabelecida pelo imperialismo. Mesmo no caso do México, onde a estatização do sistema financeiro nacional pelo governo apareceu como uma medida de resistência frente ao imperialismo, ela se insere em um processo que integrará completamente a economia daquele país à dos Estados Unidos. E este fenômeno atinge até mesmo os países da Europa oriental, onde as burocracias haviam empreendido, nos anos 70, uma "abertura" para o mercado mundial.

Países imperialistas

Mobilizações pela sobrevivência da humanidade

Um dos acontecimentos mais marcantes de 1982 foram as grandes manifestações contra a guerra, contra o armamentismo dos países imperialistas, realizadas nas principais cidades da Europa capitalista e dos EUA, no início de junho: 20.000 pessoas em Paris, 150.000 em Roma, 250.000 em Londres, 400.000 em Bonn e 40.000 em Berlim, e finalmente 1 milhão de pessoas em Nova Iorque. Enquanto algumas manifestações tiveram um caráter bem definido, anti-imperialista (como a de Paris, convocada fundamentalmente pela Liga Comunista Revolucionária e pela Luta Operária), as maiores foram muito heterogêneas, reunindo manifestantes anti-imperialistas, socialistas e apenas pacifistas, gente com medo da guerra.

O problema colocado é bem real. Desde 1978-79 o imperialismo americano lidera um esforço de remilitarização, intensificado com o governo Reagan. Este esforço armamentista corresponde a uma dupla necessidade do imperialismo: recuperar as condições de impedir a extensão da revolução mundial, após a vitória histórica dos trabalhadores no Vietnã, e a perda de aliados fiéis do imperialismo no Irã e na Nicarágua; e relançar a acumulação de capital. Numa situação de degradação a longo prazo da situação econômica do capitalismo, a produção de armas representam um mercado de importância crescente. Os gastos crescentes com a produção de armas tem como contrapartida, naturalmente, uma maior ofensiva de "austeridade" contra os trabalhadores.

O crescimento dos arsenais nucleares, evidentemente, acentua os riscos de uma guerra nuclear, que ameaça toda a humanidade de um holocausto. Até agora, isto vem sendo evitado pelo "equilíbrio do terror": mas com a permanência da crise do capitalismo, com um endurecimento da direção imperia-

lista, é possível que este equilíbrio não dure, que subam governos imperialistas capazes de pôr em risco a sobrevivência da humanidade.

Nesta situação, o que mobiliza fundamentalmente as massas é o instinto físico de conservação, o medo do holocausto nuclear, e não uma consciência anti-imperialista. Além disso, setores importantes percebem a ligação entre a remilitarização e as políticas de austeridade, e gritam palavras de ordem como "empregos, não bombas". Mas o caráter limitado desta consciência

não retira deste movimento gigantesco um caráter objetivamente revolucionário e sua importância decisiva na conjuntura atual.

Os marxistas têm procurado impulsionar estas mobilizações, procurando mostrar que a única maneira de impedir de modo definitivo a guerra nuclear (é claro que este é o único objetivo que podem ter os marxistas: a idéia de ganhar uma guerra nuclear é pura demência) é desarmar o imperialismo; e para isto ele deve ser derrubado nos seus bastiões fundamentais. Em última análise, só a vitória do proletariado americano pode livrar a humanidade do pesadelo.



Oriente Médio

A "solução" imperialista



O ano que acaba deixa sem qualquer sombra de dúvida profundas alterações na região. 1982 foi palco de uma importante ofensiva do imperialismo, pelas mãos de Begin-Sharon-Shamir, visando destruir fisicamente o movimento palestino, sua direção, a OLP, e suas possibilidades de unificação com o movimento nacionalista islâmico, basicamente no Irã. Esta ofensiva materializou-se em um crescendo macabro, primeiro com o fechamento das universidades árabes e a repressão às duas greves gerais nos territórios ocupados por Israel, passando pela implantação de "colônias" de fanáticos religiosos judeus, organizados enquanto forças paramilitares, nestes mesmos territórios, pelos atentados contra lideranças palestinas como Bassam Shakaa e Elias Freij, para desembocar na "Grand Finale", a invasão israelense ao Líbano, com ataques indiscriminados a populações civis. Vimos-nos diante de um quadro de derrota da OLP, prendida pelo invasor israelense, por um lado, e pela criminoso omissão dos estados burgueses árabes e da URSS, por outro, que a abandonaram na hora do combate. Sua direção foi forçada a abandonar Beirute com seus combatentes; isolada, derrotada, a OLP hoje expressa suas próprias contradições de classe, com dirigentes chamando à retomada da

luta, enquanto outros clamam pela "moderação", por propostas "reais", ou melhor, pela submissão da OLP ao rei Hussein, à Assad, da Síria, ou mesmo ao novo czar de todas as Rússias, Andropov, que a abandonou. Por outro lado, mesmo neste quadro de derrota, de isolamento, vimos os trabalhadores da região avançarem, tanto no Irã, onde rechaçam a invasão iraquiana patrocinada por Tio Sam, como em Israel, onde Begin, Sharon foram apanhados com a boca na botija, cheia de sangue derramado pelos inocentes dos campos de Sabra e Chatila, presenteados com uma passeata de 400.000 opositores e com a maior greve da história do país. 1/3 da força de trabalho se rebelando, não querendo mais sustentar em suas costas o ônus da guerra. Da derrota, extrair nossas lições e pacientemente reconstruir a vitória. Vitória que, fique claro, não virá pelas mãos dos opulentos governantes árabes, ou montada em uma troika, conduzida por Andropov. Vitória que só poderá vir da união dos interessados em uma paz real e justa, em um estado leigo onde possam conviver, dentro de uma sociedade socialista, árabes e judeus. Vitória que só virá pela união dos movimentos dos trabalhadores em uma proposta comum, socialista.

(Jayme Brener)

Polônia

Solidariedade vive e luta

A Polônia continuou sendo, durante todo o ano de 1982, o centro da luta de classes nos estados burocratizados. O golpe de 13 de setembro de 1981 pegou o Solidariedade despreparado, principalmente devido a orientação hegemônica em sua direção, a estratégia da "auto-limitação", de conter o questionamento, pelo movimento operário, do poder da burocracia. Surpreendidos, decapitados e atomizados, os trabalhadores não puderam organizar sua resistência.

Mas o Solidariedade reorganizou-se rapidamente e já em maio (e novamente em agosto) organizou importantes manifestações de protesto. A direção provisória clandestina conquistou e manteve, neste período, uma autoridade inquestionável sobre o setor mais combativo do movimento de massas. Ela não conseguiu, entretanto, superar algumas importantes limitações políticas. Os setores que defendiam a necessidade de armar o

movimento operário com a compreensão da importância da luta contra o domínio da burocracia sobre a sociedade e do caráter cada vez mais agudo desta luta, permaneceram minoritários.

O resultado foi que a tática empregada pelo Solidariedade concentrou-se nas mobilizações de rua e nos esforços para construir uma "sociedade clandestina", oposta à dominada pela burocracia. Esta perspectiva não apareceu aos trabalhadores como viável e confiável e ao lado dos golpes da burocracia contra o movimento operário e do ataque da Igreja aos "radicais" do sindicato, produziu um desgaste crescente da autoridade da direção.

Importantes erros foram também cometidos. Quando o Solidariedade foi legalmente dissolvido, em outubro, a direção não soube organizar uma mobilização de protesto que provocasse impacto suficiente para motivar os trabalhadores, que continuavam (e con-

tinuam) apoiando o Solidariedade. Não conseguiu nem mesmo impedir o isolamento do movimento grevista que eclodiu imediatamente em Gdansk e cuja repressão acarretou um grande número de demissões. Aí encontramos a explicação para o fracasso da greve geral convocada para 10 de novembro.

Com as recentes iniciativas da burocracia — libertação de Walesa, promessa de libertação dos prisioneiros e de suspensão do estado de sítio — a situação parece estar evoluindo para um fortalecimento do regime e um refluxo, talvez apenas temporário mas real, do movimento operário. As forças, organização e experiência acumuladas pelos trabalhadores não nos permitem, entretanto, vislumbrar qualquer perspectiva próxima, de "normalização", isto é, de estabilização do domínio da burocracia, como ocorreu na Tchecoslováquia, depois da invasão pelas tropas do Pacto de Varsóvia.



Cone Sul

Falência econômica e crise das ditaduras

O aprofundamento da crise econômica, com a falência das políticas pró-imperialistas, e a Guerra das Malvinas formaram o cenário da crise das ditaduras, com desenvolvimentos impressionantes na Argentina e Bolívia e uma retomada molecular das lutas populares no Chile e Uruguai.

Este ano já não foi mais possível às ditaduras do Cone Sul continuar "tocando o barco" no plano econômico, isto é, continuar aplicando as políticas pró-imperialistas que arrasaram a economia destes países mas trouxeram enormes benefícios a alguns setores da burguesia, e desenvolvendo projetos de "institucionalização" de seus regimes.

O processo de endividamento crescente atingiu seu limite provocando a queda das equipes econômicas rigidamente monetaristas e sua substituição por outras tão pró-imperialistas quanto estas mas com maior jogo de cintura na defesa de interesses mínimos das suas respectivas burguesias. Foi o que ocorreu este ano no Chile, onde duas trocas sucessivas de ministros na área econômica mostram a instabilidade e as pressões que se acumulam sobre o regime de Pinochet, na Argentina e no Uruguai.

As tendências mais gerais da região foram também acompanhadas pelo Uruguai, cujo regime teve que organizar, após derrota no plebiscito de 1980, novas eleições que terminaram em nova derrota do governo.

Tendo como pano de fundo a deterioração da situação econômica e uma reorganização do movimento de massas que, com ritmos diferentes, abarca todos os países da região, a Guerra das Malvinas, ao desestabilizar a ditadura argentina, principal base de apoio do imperialismo, provocou uma aceleração brutal das tendências desagregadoras em curso neste país.

Basendo-se num justo anseio da população argentina de extensão da soberania nacional a colônia inglesa das



Malvinas, a ditadura de Galtieri lançou-se numa aventura militar com o objetivo de desviar a atenção da população da crise que corroía seu regime. Mas o tiro saiu pela culatra e o resultado foi a desmoralização total dos militares, a cisão da cúpula das forças armadas e a criação de uma situação de total vazio de poder.

Apenas a inexistência de uma alternativa política burguesa, coerente, com reconhecimento mínimo para candidatar-se ao poder, bem como, naturalmente, a inexistência de uma alternativa por parte do movimento operário, permitiu a sobrevivência do regime militar, com Bignone a sua frente. Para a burguesia a perspectiva de realização de eleição, inicialmente acenada para 1984 e depois para 1983, oferecia o tempo necessário

para tentar superar a sua crise de direção.

Mas mesmo acaudilhado por burocracias sindicais totalmente corrompidas, o movimento operário está se fazendo cada vez mais presente. Da manifestação de 20.000 pessoas chamada pela GCT-Brasil (peronista), em 22 de setembro, o movimento operário e popular avançou em sucessivas manifestações de descontentamento, que culminaram na greve geral vitoriosa que paralisou totalmente o país na semana passada.

A perspectiva para a ditadura militar argentina é um fim tão desmoralizador como o da boliviana.

A Bolívia aponta o futuro das ditaduras do Cone Sul

O golpe de estado de julho de 1980

havia infligido uma grave derrota aos operários e camponeses bolivianos. Mas a frágil base de sustentação do regime do general Garcia Meza, profundamente envolvido no tráfico de drogas, provocou a sua crescente instabilidade. Garcia Meza foi substituído em julho pelo general Celso Torrelio que foi depois substituído pelo general Vildoso.

No centro da crise do regime estava o movimento operário. Em maio a COB havia conquistado, através de uma greve geral de 24 horas a anistia geral e a supressão das medidas anti-operárias tomadas após o golpe. Em setembro, em meio a intensas mobilizações operárias e greves por reajustes salariais, a COB lança a palavra de ordem de greve geral ilimitada a partir de 16 de setembro, até que os militares devolvessem o poder ao congresso eleito em 1980.

A volta ao governo do antigo presidente Siles Suazo, eleito, em 1980, pela UDP com 40% dos votos não oferece qualquer perspectiva de solução para a crise econômica e política crônica da Bolívia. Seu governo tem, certamente, maior estabilidade do que os corruptos regimes militares que o antecederam. Mas a COB, refletindo o posicionamento dos operários das minas, já se colocou contra as primeiras medidas do novo governo, de limitar os reajustes salariais. Para o movimento operário e camponês boliviano a única perspectiva viável para romper o círculo vicioso dos golpes e "aberturas" é a formação de um governo operário e camponês. E o presente momento é vital para a acumulação de forças políticas nesta marcha.

América Central

A permanência da revolução

A revolução centro-americana, enfrentando todos os recursos e iniciativas do imperialismo norte-americanos, manteve suas posições.

A América Central foi a região que conheceu nos últimos anos dos mais importantes avanços da revolução, com a derrubada revolucionária de ditadura Somoza e a instauração, na Nicarágua, de um governo operário e camponês dirigido pela Frente Sandinista de Libertação Nacional, e com o desenvolvimento de uma guerrilha de massa em El Salvador e na Guatemala.

O enfrentamento dos crescentes esforços do imperialismo ianque de organizar a contra-revolução em escala global esteve no centro da luta de classe, este ano, no istmo centro-americano. As eleições na Guatemala e em El Salvador, em março, e posteriormente em Honduras foram concebidas pelos EUA como parte de uma operação visando ampliar a estabilidade e a base de sustentação destas

ditaduras sanguinárias, mas falharam miseravelmente, até mesmo como mudança de fachada. Em El Salvador o democrata cristão Napoleon Duarte foi substituído pelo major Roberto d'Abuison, comandante da principal formação para-militar do país. Na Guatemala a posse do general Rios Mott aprofundou as fraturas no interior da classe dominante. Estas operações institucionais foram acompanhadas de um grande aumento de ajuda militar a estes regimes e principalmente a Honduras, que os EUA transformaram numa poderosa fortaleza contra-revolucionária, capaz de treinar tropas e mercenários para operar em toda a região e de servir de trampolim para a invasão da Nicarágua.

A Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional continuou, durante todo este ano, sendo capaz de enfrentar o cada vez maior e mais bem equipado exército da ditadura salvadorenha, com duas importantes ofensivas, em março e em outubro/novembro. Na Guatemala a união das quatro principais organizações

político-militares no interior da União Revolucionária Nacional Guatemalteca criou as condições favoráveis a iniciativas políticas e militares superiores.

A Nicarágua está tendo, nas difíceis condições de reconstrução do país, que enfrentar não apenas a sabotagem interna da burguesia nacional mas principalmente uma ação militar contra-revolucionária cada vez mais intensa dos exilados somozistas, em geral antigos integrantes da Guarda Nacional, operando com o apoio de assessores militares norte-americanos a partir de Honduras.

Neste quadro de relativa estabilização da luta militar o reforço da implantação militar do imperialismo americano na região fornece um importante ponto de apoio para futuras ações militares contra os processos revolucionários em curso. Em contra-partida, os avanços do movimento operário e popular no México constituem uma alavanca vital para a solidariedade e o apoio material as forças populares.

EM TEMPO:

Conselho Editorial: Aloísio Marques, Alvaro Merlo, Américo Bernardes, Antônio Helder, Carlos Henrique Árabe, Flávio Andrade, Joaquim Soriano, José Luis Nadai, Juarez Guimarães, Júlio Tavares, Luci Ayala, Marcio Gomes.

Jornalista responsável: Vilma Amaro - Reg. MTPS n.º 9.149

EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparte LTDA - Rua Francisco Leitão, 57 - Pinheiros São Paulo - CEP 05414 - Fone: 852-8880 - CGC 46.093.589 0001-10.

Sucursais: Belo Horizonte: Rua da Bahia, 1148 - 12.º andar - sala 1203; Porto Alegre: Av. Osvaldo Aranha, 1407 - loja 20; Rio de Janeiro: Rua Senador Dantas 117 - sala 1414; Vitória: Caixa Postal 1427.



Rua Artur de Azevedo, 1977 - fones: 212-5061 - 814-4046 - 813-7031.

PORQUE APOIAMOS

EM TEMPO!



Vicente Nica

Vicente é sindicalista rural e candidato a deputado federal pelo PT mineiro.

Eu acredito que a gente deve ler o **EM TEMPO** porque ele é um jornal que fala a verdade, denunciando as violências da ditadura militar. Para nós trabalhadores rurais e que participamos do PT, é importante ler o **EM TEMPO** como um modo de ficar informado sobre a luta dos companheiros da cidade por todos os cantos do país.



Florestan Fernandes

Florestan é socialista e um dos maiores expoentes da intelectualidade brasileira.

O **EM TEMPO** cumpre um papel de grande importância porque é uma das poucas vias de expressão política no país onde existe uma conjunção entre movimento operário e idéias socialistas. Papel que fica ressaltado pelo fato de que esta ideologia socialista tem ainda uma presença muito débil no movimento operário brasileiro.



Sandra Starling

Sandra é candidata do PT ao governo mineiro.

O **EM TEMPO** é um marco na história da imprensa alternativa no Brasil, tanto pela audácia e coragem que teve ao publicar pela primeira vez a lista dos torturadores, como por sua contribuição na luta pela anistia. Ele contribuiu e contribui para que a noite do terror ceda espaço ao dia de liberdade.



Luis Eduardo Greenhalg

Luiz Eduardo foi dirigente do CBA e é secretário de relações exteriores do PT.

Ler **EM TEMPO** é uma obrigação de todos os brasileiros comprometidos com os trabalhadores e o processo de libertação nacional. A retomada da democracia passa necessariamente pelo apoio decisivo aos jornais que assumem e praticam esta bandeira, dentre os quais se destaca o **EM TEMPO**. Foi fundamental o papel que o jornal jogou na luta pela anistia denunciando torturadores, desaparecimentos e toda uma série de violências praticadas pelo regime militar.



Ernest Mandel

Ernest Mandel é economista e conhecido internacionalmente como um dos maiores teóricos marxistas da atualidade. É hoje um dos principais dirigentes da IV Internacional.

Saudações fraternais internacionalistas ao **EM TEMPO** pelo seu 5º aniversário. Por seu papel desde a primeira hora na construção de um partido dos trabalhadores autêntico, massivo e democrático, **EM TEMPO** passou a ser uma fonte de informação necessária sobre as lutas e debates do movimento operário brasileiro. Todos os revolucionários se interessam muito em aprender a partir de uma experiência tão importante para o conjunto do continente: esta experiência indica o caminho por onde a classe operária se organiza, superando o passado pesado de tradições reformistas e burocráticas.

EM TEMPO nos traz uma voz internacionalista que, apesar do longo isolamento forçado do movimento operário brasileiro, expressa uma solidariedade ativa tanto às lutas de emancipação nacional e social dos povos da América Central, quanto à luta do povo palestino frente ao sionismo e ao imperialismo, quanto ao combate dos operários poloneses contra a burocracia.

Desejo uma longa vida a **EM TEMPO**.

EM TEMPO, no seu 5º aniversário, promove:

PROMOÇÃO 1 — Ao fazer uma assinatura anual do **EM TEMPO** (Cr\$ 2.000,00) você ganha um caderno "Caminhos da Revolução no Brasil".

PROMOÇÃO 2 — Ao fazer uma assinatura anual do **EM TEMPO** conjunta com a revista **PERSPECTIVA INTERNACIONAL** (Cr\$ 3.500,00) você ganha, além do caderno "Caminhos da Revolução

no Brasil", 5 edições históricas do **EM TEMPO**, escolhidas dentre as listadas abaixo.

PROMOÇÃO 3 — Adquira a série "História da Esquerda Brasileira" composta de 30 edições do **EM TEMPO** (Cr\$ 1.800,00).

PROMOÇÃO 4 — Adquira a coleção completa do **EM TEMPO** composta de 164 números (Cr\$ 7.000,00).

Edições que marcaram época

- 1) n.º 3 — "Luta pela anistia em todos os cantos"
- 2) n.º 8 — "Bombas contra a anistia"
- 3) n.º 17) — "Listão dos 233 torturadores"
- 4) n.º 23 — "Terror de direita continua impune"
- 5) n.º 86 — "O PT sai prá's ruas"
- 6) n.º 102 — "Greve no ABC"
- 7) n.º 103 — "Prestes exclusivo: porquê o PCB rachou"

- 8) n.º 107 — "Lula contra-ataca, agora o PT"
- 9) n.º 130 — "PT-200.000 filiados"
- 10) n.º 141 — "O PT e o socialismo"
- 11) n.º 142 — "Polônia-golpe da burocracia"
- 12) n.º 147 — "Íntegra da plataforma nacional do PT2"
- 13) n.º 149 — "Malvinas: o imperialismo ataca"
- 14) n.º 155 — "Nicarágua: festa e revolução"

- Promoção n.º 1 — Cr\$ 2.000,00
 - Promoção n.º 2 — Cr\$ 3.500,00
 - Promoção n.º 3 — Cr\$ 1.800,00
 - Promoção n.º 4 — Cr\$ 7.000,00
- (marque na lista com um X as edições escolhidas)

Nome: _____
 Endereço: _____ CEP: _____
 Cidade: _____
 Estado: _____

A Editora Aparte Ltda. • Rua Francisco Leitão, 57
 • CEP 05414 • São Paulo • Assinatura anual Cr\$ 2.000,00

Fique por dentro:

Livros da Editora Antídoto (Portugal) a preços especiais!

- A Luta pela Democracia Socialista na URSS.
- E. Mandel 600,00
- Atualidade de Rosa Luxemburgo
- Norman Geras 700,00
- Introdução ao Marxismo - E. Mandel 700,00
- Crítica ao Eurocomunismo - E. Mandel .. 700,00
- Da Comuna a Maio de 68 - E. Mandel .. 800,00
- Os estudantes, os intelectuais e a luta de classes - E. Mandel 600,00
- Sobre o Fascismo - E. Mandel 400,00
- Ser Mulher na URSS - Tamara Volkova/
D. Bor 600,00
- A Revolução Desfigurada - L. Trotsky ... 600,00
- A Revolução Traída - L. Trotsky 900,00
- Programa de Transição - L. Trotsky 600,00
- Questões do Modo de Vida - L. Trotsky . 600,00
- Lições de Outubro - L. Trotsky 500,00
- Balanço e Perspectiva - L. Trotsky 600,00

Pedidos para a Editora Aparte Ltda